

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	80
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.743.971
Preferenciais	2.100.299
Total	11.844.270
Em Tesouraria	
Ordinárias	193
Preferenciais	0
Total	193

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.756.740	2.554.529
1.01	Ativo Circulante	230.121	388.125
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	75.204	251.910
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.729	1.442
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.729	1.442
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.729	1.442
1.01.03	Contas a Receber	19.927	15.685
1.01.03.01	Clientes	19.927	15.685
1.01.06	Tributos a Recuperar	73.559	55.695
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	73.559	55.695
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	59.702	63.393
1.01.08.03	Outros	59.702	63.393
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	34.468	33.537
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	5.456	10.362
1.01.08.03.03	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	11.529	10.717
1.01.08.03.04	Outros Ativos Realizáveis	8.249	8.777
1.02	Ativo Não Circulante	2.526.619	2.166.404
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	241.058	211.484
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	49.881	45.885
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	49.881	45.885
1.02.01.06	Tributos Diferidos	166.831	137.618
1.02.01.06.02	Tributos a Recuperar	166.831	137.618
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	573	5.684
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	573	5.684
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.773	22.297
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.637	1.679
1.02.01.09.04	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	20.117	20.618
1.02.01.09.05	Outros Ativos Realizáveis	19	0
1.02.02	Investimentos	74.207	84.475
1.02.02.01	Participações Societárias	74.207	84.475
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	44.862	55.231
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	29.345	29.244
1.02.03	Imobilizado	2.192.081	1.850.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	194.335	240.803
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.997.746	1.609.319
1.02.04	Intangível	19.273	20.323
1.02.04.01	Intangíveis	19.273	20.323
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	8.449	9.500
1.02.04.01.03	Direito sobre Autorizações	3.946	3.946
1.02.04.01.04	Sistemas em Andamento	6.878	6.877

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.756.740	2.554.529
2.01	Passivo Circulante	104.234	321.781
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.527	8.248
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.043	8.095
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.484	153
2.01.02	Fornecedores	42.056	278.470
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	42.056	278.470
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.160	7.740
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.337	2.488
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.843	5.243
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	-20	9
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.526	622
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.526	622
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.526	622
2.01.05	Outras Obrigações	19.876	12.561
2.01.05.02	Outros	19.876	12.561
2.01.05.02.04	Credores por Perdas Judiciais	12.434	4.250
2.01.05.02.05	Demais Obrigações	7.442	8.311
2.01.06	Provisões	17.089	14.140
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.089	14.140
2.02	Passivo Não Circulante	3.102.664	2.451.508
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	244.815	243.876
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	244.815	243.876
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	244.815	243.876
2.02.02	Outras Obrigações	2.293.599	1.674.204
2.02.02.02	Outros	2.293.599	1.674.204
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.886.032	1.320.458
2.02.02.02.03	Credores por Perdas Judiciais	330.300	276.965
2.02.02.02.04	Credores Empresas de Telecom. Processo de Cisão	48.682	48.682
2.02.02.02.05	Grupamento de Ações	13.107	13.107
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	15.478	14.992
2.02.03	Tributos Diferidos	434	434
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	434	434
2.02.04	Provisões	74.456	142.394
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.396	94.608
2.02.04.02	Outras Provisões	49.060	47.786
2.02.04.02.04	Provisão Programa de Indenização por Serviços Prestados	49.060	47.786
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	489.360	390.600
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	489.360	390.600
2.03	Patrimônio Líquido	-450.158	-218.760
2.03.01	Capital Social Realizado	263.145	263.145
2.03.02	Reservas de Capital	-111	-111
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-111	-111
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-719.898	-498.737
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.706	16.943

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	13.254	39.076	15.518	32.538
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-42.933	-129.265	-40.639	-116.608
3.03	Resultado Bruto	-29.679	-90.189	-25.121	-84.070
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.056	-70.640	-10.613	-36.334
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.346	-16.232	-4.111	-10.498
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.328	-47.946	-12.696	-40.240
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.203	4.281	42	830
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-566	-4.822	-606	-4.682
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.019	-5.921	6.758	18.256
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-51.735	-160.829	-35.734	-120.404
3.06	Resultado Financeiro	-17.059	-60.332	-17.598	-53.162
3.06.01	Receitas Financeiras	3.324	9.206	3.028	8.354
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.383	-69.538	-20.626	-61.516
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-68.794	-221.161	-53.332	-173.566
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-68.794	-221.161	-53.332	-173.566
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-68.794	-221.161	-53.332	-173.566
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-5,80883	-18,67441	-4,50325	-14,65558
3.99.01.02	PN	-5,80883	-18,67441	-4,50325	-14,65558
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-5,80883	-18,67441	-4,50325	-14,65558
3.99.02.02	PN	-5,80883	-18,67441	-4,50325	-14,65558

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-68.794	-221.161	-53.332	-173.566
4.02	Outros Resultados Abrangentes	700	-10.237	11.477	15.955
4.02.01	Equivalência Patrimonial s/ Outros Resultados Abrangentes em Coligada	602	-10.513	11.477	15.955
4.02.02	Ganho/(Perdas) com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	98	276	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-68.094	-231.398	-41.855	-157.611

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-136.169	186.555
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-102.689	-80.986
6.01.01.01	Resultado do Período	-221.161	-173.566
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	48.391	48.415
6.01.01.03	Prov./Reversão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-3.748	1.430
6.01.01.04	Atualização Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	10.410	13.152
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.921	-18.256
6.01.01.06	Encargos Financeiros sobre Adiantamentos para Aumento de Capital	37.947	30.432
6.01.01.07	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	2.238	2.999
6.01.01.08	Atualização Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	20.000	16.995
6.01.01.09	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	-2.819	-2.519
6.01.01.10	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	166	0
6.01.01.11	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-34	-68
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.448	184.271
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-4.408	-5.985
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-47.077	-21.738
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-70	14.470
6.01.02.04	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	6.279	2.178
6.01.02.05	Fornecedores	-53.694	4.157
6.01.02.06	Receita Recebida Antecipadamente	98.760	183.969
6.01.02.07	Outros Ativos e Passivos	3.658	7.220
6.01.03	Outros	-36.928	83.270
6.01.03.01	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos	34	100.068
6.01.03.02	Pagamento de Juros sobre Empréstimos	-5.555	-3.697
6.01.03.03	Pagamento de Causas Judiciais - Cíveis	-6.845	0
6.01.03.04	Pagamento de Acordos Judiciais - Principal	-7.685	0
6.01.03.05	Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	-16.877	-13.101
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-443.992	-514.150
6.02.01	Aquisição de Imobilizado/Intangível	-442.732	-492.419
6.02.02	Aumento de Capital em Coligada	-1.260	0
6.02.03	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-123
6.02.04	Aplicações Financeiras	0	-21.608
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	403.455	390.901
6.03.01	Recebimento de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	403.455	253.884
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos	0	137.017
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-176.706	63.306
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	251.910	147.218
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	75.204	210.524

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-221.161	-10.237	-231.398
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-221.161	0	-221.161
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.237	-10.237
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	276	276
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-10.513	-10.513
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-719.898	6.706	-450.158

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-263.104	1.916	1.846
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-263.104	1.916	1.846
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-173.566	15.955	-157.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-173.566	0	-173.566
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	15.955	15.955
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	15.955	15.955
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-436.670	17.871	-155.765

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	66.168	50.970
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	50.279	38.972
7.01.02	Outras Receitas	4.268	796
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	11.787	11.202
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-166	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-50.410	-48.475
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-36.976	-33.297
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.307	-10.863
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4	-656
7.02.04	Outros	-1.123	-3.659
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.758	2.495
7.04	Retenções	-48.389	-48.415
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-48.389	-48.415
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-32.631	-45.920
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.581	32.663
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.921	18.256
7.06.02	Receitas Financeiras	10.229	8.322
7.06.03	Outros	5.273	6.085
7.06.03.01	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	34	68
7.06.03.02	Aluguéis	5.239	6.017
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-23.050	-13.257
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-23.050	-13.257
7.08.01	Pessoal	55.788	42.728
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.847	22.914
7.08.01.02	Benefícios	7.342	6.406
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.416	2.876
7.08.01.04	Outros	12.183	10.532
7.08.01.04.01	Programa de Desligamento Voluntário	2.238	2.999
7.08.01.04.02	Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	81	38
7.08.01.04.03	Outros Encargos Sociais	9.864	7.495
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.034	19.924
7.08.02.01	Federais	12.579	9.100
7.08.02.02	Estaduais	18.231	10.668
7.08.02.03	Municipais	224	156
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	111.289	97.657
7.08.03.01	Juros	68.363	61.489
7.08.03.02	Aluguéis	36.555	36.071
7.08.03.03	Outras	6.371	97
7.08.03.03.01	Aluguéis de Meios de Conexão e Transmissão	6.353	77
7.08.03.03.03	Outras	18	20
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-221.161	-173.566
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-221.161	-173.566

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.756.758	2.554.529
1.01	Ativo Circulante	259.481	423.053
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	75.204	256.782
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.729	1.442
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.729	1.442
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.729	1.442
1.01.03	Contas a Receber	42.365	38.122
1.01.03.01	Clientes	42.365	38.122
1.01.06	Tributos a Recuperar	74.878	57.005
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	74.878	57.005
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	65.305	69.702
1.01.08.03	Outros	65.305	69.702
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	34.468	33.537
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	5.456	10.362
1.01.08.03.03	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	11.529	10.717
1.01.08.03.04	Outros Ativos Realizáveis	13.852	15.086
1.02	Ativo Não Circulante	2.497.277	2.131.476
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	240.485	205.800
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	49.881	45.885
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	49.881	45.885
1.02.01.06	Tributos Diferidos	166.831	137.618
1.02.01.06.02	Tributos a Recuperar	166.831	137.618
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.773	22.297
1.02.01.09.03	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	20.117	20.618
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	3.637	1.679
1.02.01.09.05	Outros Ativos Realizáveis	19	0
1.02.02	Investimentos	45.438	55.231
1.02.02.01	Participações Societárias	45.438	55.231
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	45.438	55.231
1.02.03	Imobilizado	2.192.081	1.850.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	194.334	240.803
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.997.747	1.609.319
1.02.04	Intangível	19.273	20.323
1.02.04.01	Intangíveis	19.273	20.323
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	8.449	9.500
1.02.04.01.03	Direitos sobre Autorizações	3.946	3.946
1.02.04.01.04	Sistemas em Andamento	6.878	6.877

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.756.758	2.554.529
2.01	Passivo Circulante	104.252	321.781
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.527	8.248
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.043	8.095
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.484	153
2.01.02	Fornecedores	42.056	278.470
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	42.056	278.470
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.178	7.740
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.355	2.488
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	2.355	2.488
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.843	5.243
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	-20	9
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.526	622
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.526	622
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.526	622
2.01.05	Outras Obrigações	19.876	12.561
2.01.05.02	Outros	19.876	12.561
2.01.05.02.04	Credores por Perdas Judiciais	12.434	4.250
2.01.05.02.05	Demais Obrigações	7.442	8.311
2.01.06	Provisões	17.089	14.140
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.089	14.140
2.02	Passivo Não Circulante	3.102.664	2.451.508
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	244.815	243.876
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	244.815	243.876
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	244.815	243.876
2.02.02	Outras Obrigações	2.293.599	1.674.204
2.02.02.02	Outros	2.293.599	1.674.204
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.886.032	1.320.458
2.02.02.02.03	Credores por Perdas Judiciais	330.300	276.965
2.02.02.02.04	Credores Empresas de Telecom. Processo de Cisão	48.682	48.682
2.02.02.02.05	Grupamento de Ações	13.107	13.107
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	15.478	14.992
2.02.03	Tributos Diferidos	434	434
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	434	434
2.02.04	Provisões	74.456	142.394
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.396	94.608
2.02.04.02	Outras Provisões	49.060	47.786
2.02.04.02.04	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	49.060	47.786
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	489.360	390.600
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	489.360	390.600
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-450.158	-218.760
2.03.01	Capital Social Realizado	263.145	263.145
2.03.02	Reservas de Capital	-111	-111
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-111	-111
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-719.898	-498.737

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.706	16.943

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	13.254	39.076	15.518	32.538
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-42.933	-129.265	-40.639	-116.608
3.03	Resultado Bruto	-29.679	-90.189	-25.121	-84.070
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.056	-70.759	-10.761	-40.149
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.346	-16.232	-4.111	-10.498
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.328	-47.946	-12.709	-40.253
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.203	4.281	42	830
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-566	-5.416	-606	-4.682
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.019	-5.446	6.623	14.454
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-51.735	-160.948	-35.882	-124.219
3.06	Resultado Financeiro	-17.059	-60.164	-17.450	-49.347
3.06.01	Receitas Financeiras	3.324	9.374	3.176	12.169
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.383	-69.538	-20.626	-61.516
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-68.794	-221.112	-53.332	-173.566
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-49	0	0
3.08.01	Corrente	0	-49	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-68.794	-221.161	-53.332	-173.566
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-68.794	-221.161	-53.332	-173.566
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-68.794	-221.161	-53.332	-173.566
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-5,80883	-18,67441	-4,50325	-14,65558
3.99.01.02	PN	-5,80883	-18,67441	-4,50325	-14,65558
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-5,80883	-18,67441	-4,50325	-14,65558
3.99.02.02	PN	-5,80883	-18,67441	-4,50325	-14,65558

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-68.794	-221.161	-53.332	-173.566
4.02	Outros Resultados Abrangentes	700	-10.237	11.477	15.955
4.02.01	Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	602	-10.513	11.477	15.955
4.02.02	Ganhos com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	98	276	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-68.094	-231.398	-41.855	-157.611
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-68.094	-231.398	-41.855	-157.611

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-141.041	89.464
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-103.164	-77.184
6.01.01.01	Resultado do Período	-221.112	-173.566
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	48.391	48.415
6.01.01.03	Atualização Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	10.410	13.152
6.01.01.04	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-49	0
6.01.01.05	Equivalência Patrimonial	5.446	-14.454
6.01.01.06	Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Futuro aumento de Capital	37.947	30.432
6.01.01.07	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	2.238	2.999
6.01.01.08	Atualização Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	20.000	16.995
6.01.01.09	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	-2.819	-2.519
6.01.01.10	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	166	0
6.01.01.11	Provisão/Reversão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-3.748	1.430
6.01.01.12	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-34	-68
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-949	183.378
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-4.409	-5.985
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-47.086	-22.645
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-70	14.470
6.01.02.04	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	6.279	2.178
6.01.02.05	Fornecedores	-53.694	4.157
6.01.02.06	Receita Recebida Antecipadamente	98.760	183.969
6.01.02.07	Outros Ativos e Passivos	-729	7.234
6.01.03	Outros	-36.928	-16.730
6.01.03.01	Dvidendos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos	34	68
6.01.03.02	Pagamento de Juros de Empréstimos	-5.555	-3.697
6.01.03.03	Pagamento de Causas Judiciais - Cíveis	-6.845	0
6.01.03.04	Pagamento de Acordos Judiciais - Principal	-7.685	0
6.01.03.05	Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	-16.877	-13.101
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-443.992	-514.150
6.02.01	Aquisição de Imobilizado/Intangível	-442.732	-492.419
6.02.02	Aumento de Capital em Coligada	-1.260	0
6.02.03	Aplicações Financeiras	0	-21.608
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-123
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	403.455	390.901
6.03.01	Recebimento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	403.455	253.884
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0	137.017
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-181.578	-33.785
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	256.782	249.074
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	75.204	215.289

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760	0	-218.760
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760	0	-218.760
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-221.161	-10.237	-231.398	0	-231.398
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-221.161	0	-221.161	0	-221.161
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.237	-10.237	0	-10.237
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	276	276	0	276
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-10.513	-10.513	0	-10.513
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-719.898	6.706	-450.158	0	-450.158

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-263.104	1.916	1.846	0	1.846
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-263.104	1.916	1.846	0	1.846
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-173.566	15.955	-157.611	0	-157.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-173.566	0	-173.566	0	-173.566
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	15.955	15.955	0	15.955
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	15.955	15.955	0	15.955
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-436.670	17.871	-155.765	0	-155.765

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	66.168	50.970
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	50.279	38.972
7.01.02	Outras Receitas	4.268	796
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	11.787	11.202
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-166	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-51.004	-48.488
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-36.976	-33.297
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.307	-10.876
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4	-656
7.02.04	Outros	-1.717	-3.659
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.164	2.482
7.04	Retenções	-48.389	-48.415
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-48.389	-48.415
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-33.225	-45.933
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.225	32.678
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.446	14.454
7.06.02	Receitas Financeiras	10.398	12.139
7.06.03	Outros	5.273	6.085
7.06.03.01	Aluguéis	5.239	6.017
7.06.03.02	Dividendos	34	68
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-23.000	-13.255
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-23.000	-13.255
7.08.01	Pessoal	55.788	42.728
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.847	22.914
7.08.01.02	Benefícios	7.342	6.406
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.416	2.876
7.08.01.04	Outros	12.183	10.532
7.08.01.04.01	Programa de Desligamento Voluntário	2.238	2.999
7.08.01.04.02	Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	81	38
7.08.01.04.03	Outros Encargos Sociais	9.864	7.495
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.084	19.925
7.08.02.01	Federais	12.629	9.100
7.08.02.02	Estaduais	18.231	10.668
7.08.02.03	Municipais	224	157
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	111.289	97.658
7.08.03.01	Juros	68.363	61.489
7.08.03.02	Aluguéis	36.555	36.071
7.08.03.03	Outras	6.371	98
7.08.03.03.01	Aluguéis de Meios e Conexão e Transmissão	6.353	77
7.08.03.03.02	Outras	18	21
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-221.161	-173.566
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-221.161	-173.566

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
3º Trimestre de 2016

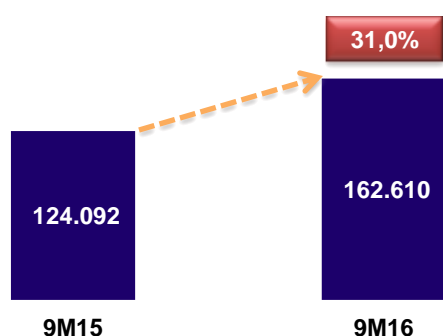
(NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

RESULTADOS CONSOLIDADOS

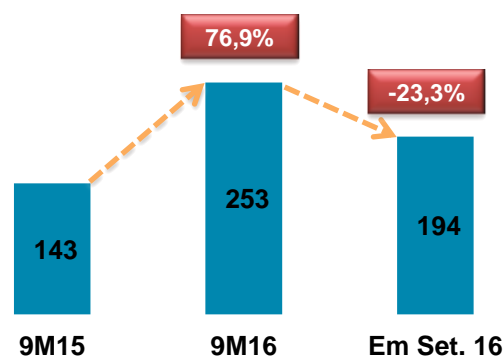
DADOS OPERACIONAIS

Nos 9M16 a Banda Ativada em Mbps atingiu 162.610 Mbps, um crescimento de 31,0% em relação aos 9M15. Este aumento reflete também o incremento dos clientes faturados entre os períodos comparados, que nos 9M16 totalizou 253 clientes faturados (143 nos 9M15) uma elevação de 76,9%. Em setembro de 2016, a base de clientes faturados foi de 194 clientes uma redução de 23,3% quando confrontados com os clientes faturados nos 9M16.

BANDA ATIVADA (MBPS)



CLIENTES FATURADOS



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

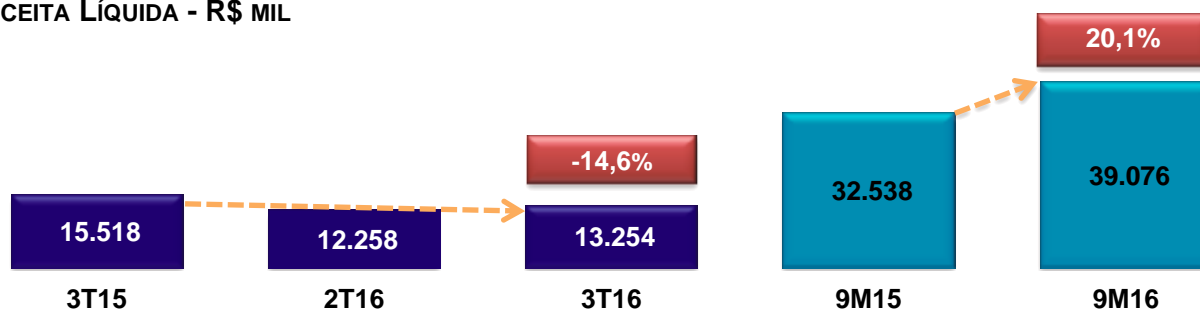
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 3T16 a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 13,3 milhões, uma redução de R\$ 2,2 milhões (-14,6%) na comparação com o mesmo período do ano anterior. Esta queda está ligada ao maior volume faturado no 3T15 em decorrência de faturamentos represados de meses anteriores devido a problemas operacionais. Nos 9M16 a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 39,1 milhões um crescimento de 20,1% em relação aos 9M15 (R\$ 32,5 milhões). O incremento está diretamente ligado a elevação do número de clientes faturados e também pelo aumento do físico faturado, que nos 9M16 atingiu 162.610 Mbps (124.092 Mbps nos 9M15) um aumento de 31,0%.

R\$ mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano	9M16	9M15	Δ Ano
	3T16	2T16	3T15					
Serviços de Comunicação Multimídia	18.390	15.674	17.016	17,3%	8,1%	51.673	39.130	32,1%
Aluguéis e Locações	1.759	1.865	4.231	-5,7%	-58,4%	5.239	6.016	-12,9%
Receita Operacional Bruta	20.149	17.539	21.247	14,9%	-5,2%	56.912	45.146	26,1%
Deduções da Receita Operac. Bruta	(6.895)	(5.282)	(5.729)	30,5%	20,4%	(17.836)	(12.608)	41,5%
Receita Operacional Líquida	13.254	12.257	15.518	8,1%	-14,6%	39.076	32.538	20,1%

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
3º Trimestre de 2016

RECEITA LÍQUIDA - R\$ MIL



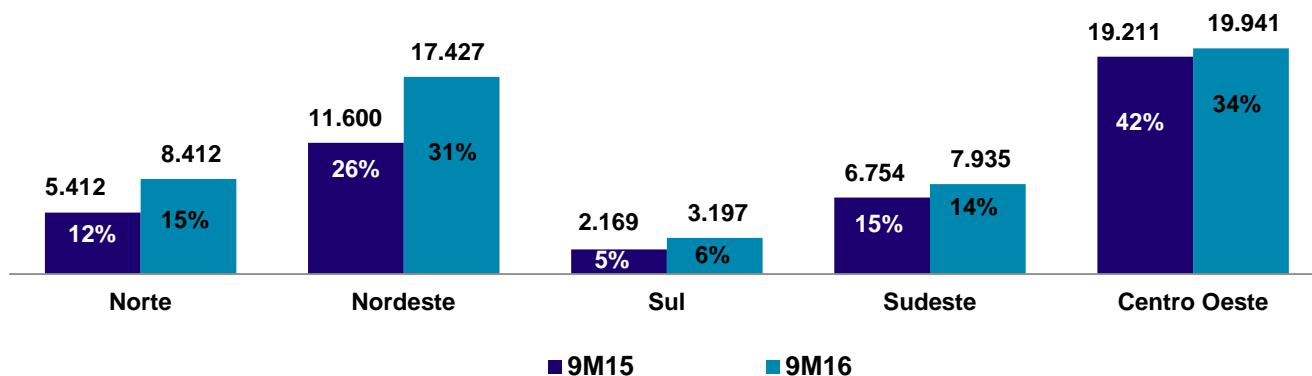
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

No 3T16 as Deduções da Receita Operacional Bruta, que incluem os tributos, descontos e cancelamentos sobre a Receita Operacional Bruta aumentou 30,5% (R\$ 6,9 milhões) em relação ao 2T16 (R\$ 5,3 milhões). Na comparação com o 3T15 o acréscimo foi de 20,4% (R\$ 5,7 milhões). O aumento é justificado principalmente pelo reconhecimento no 3T16 de cancelamentos de faturas no montante de R\$ 1,0 milhão. No acumulado dos 9M16 estas deduções totalizaram R\$ 17,8 milhões, crescimento de 41,5% em relação aos 9M15 (R\$ 12,6 milhões), suportado pelo aumento do faturamento no período e pelo cancelamento de faturas reconhecidas no 3T16.

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA POR REGIÃO

No acumulado dos nove meses, a distribuição da Receita Operacional Bruta por região, as maiores participações sobre o total da receita ficam nas regiões centro oeste com 34% nos 9M16 (42% nos 9M15) e a região nordeste com 31% nos 9M16 (26% nos 9M15).

R\$ MIL

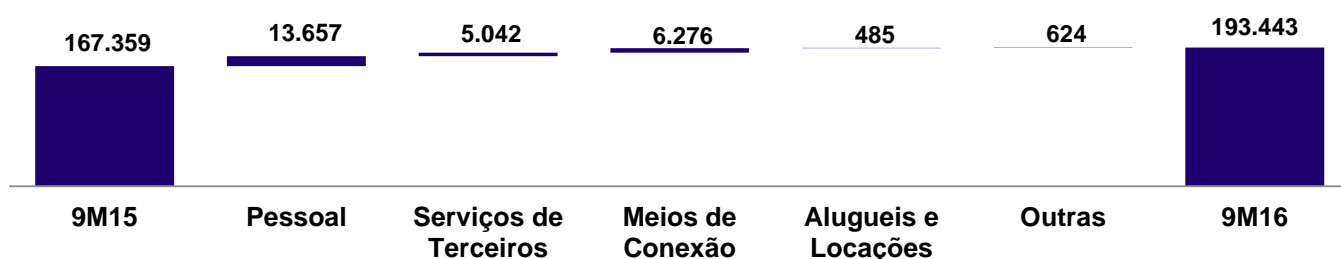


Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
3º Trimestre de 2016

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

R\$ mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano	9M16	9M15	Δ Ano
	3T16	2T16	3T15					
Pessoal	(17.101)	(17.013)	(12.735)	0,5%	34,3%	(51.733)	(38.076)	35,9%
Serviços de Terceiros	(16.166)	(16.522)	(14.958)	-2,2%	8,1%	(48.824)	(43.782)	11,5%
Depreciação e Amortização	(16.118)	(16.136)	(16.141)	-0,1%	-0,1%	(48.391)	(48.415)	0,0%
Alugueis e Locações	(11.804)	(10.978)	(13.278)	7,5%	-11,1%	(36.530)	(36.045)	1,3%
Meios de Conexão	(2.127)	(2.163)	(72)	-1,7%	n.d.	(6.353)	(77)	8150,6%
Tributos	(306)	(13)	(218)	n.d.	40,4%	(1.331)	(801)	66,2%
Materiais	(58)	(18)	(38)	222,2%	52,6%	(96)	(140)	-31,4%
Outras	73	184	(19)	-60,3%	-484,2%	(185)	(23)	704,3%
Total	(63.607)	(62.659)	(57.459)	1,5%	10,7%	(193.443)	(167.359)	15,6%

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - R\$ MIL



Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 63,6 milhões no 3T16, um aumento de R\$ 0,9 milhão (1,5%), em relação ao 2T16 (R\$ 62,6 milhões). Com relação ao 3T15, houve um aumento de R\$ 6,1 milhões (10,7%), justificado principalmente pelos acréscimos de R\$ 4,3 milhões de Pessoal (34,3%), R\$ 1,2 milhão (11,5%) dos Serviços de Terceiros, R\$ 2,0 milhões em Meios de Conexão. No acumulado dos 9M16 estes Custos e Despesas atingiram R\$ 193,4 milhões, R\$ 26,0 milhões (15,6%) superior aos Custos e Despesas gerados nos 9M15 (R\$ 167,3 milhões).

As principais ocorrências no período referente aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

PESSOAL: No 3T16 houve um aumento de R\$ 4,3 milhões (34,3%) em relação ao 3T15. Na comparação com o 2T16, estes Custos e Despesas apresentaram-se estáveis. O crescimento de 35,9% na comparação entre os 9M16 (R\$ 51,7 milhões) e os 9M15 (R\$ 38,0 milhões) teve como principais causas os seguintes eventos:

- ✓ Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, que concedeu aos Colaboradores a reposição da inflação do período no percentual de 9,93%;
- ✓ Concessão de progressão horizontal por mérito aos colaboradores elegíveis (63 Colaboradores);
- ✓ Crescimento do quadro de empregados em exercício na Companhia, que em setembro de 2016 apresentou um incremento de 34 empregados (331 em setembro de 2016 – 297 em setembro de 2015).

SERVIÇOS DE TERCEIROS: No 3T16 os custos/despesas operacionais com Serviços de Terceiros totalizaram R\$ 16,1 milhões, um incremento de R\$ 1,2 milhão (8,1%) na comparação com o 3T15. Nos 9M16 os custos/ despesas com Serviços de Terceiros atingiram R\$ 48,8 milhões, acréscimo de R\$ 5,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 43,7 milhões). O aumento está ligado à

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
3º Trimestre de 2016

elevação dos custos do serviço de conexão de internet, ligados a prestação dos serviços, que nos 9M16 atingiu R\$ 8,9 milhões (R\$ 7,7 milhão nos 9M15) um crescimento de 15,6%; do serviço de consultoria de informática com aumento de 975,0% (R\$ 1,2 milhões nos 9M16 – R\$ 0,1 milhão no 9M15); e do serviço de manutenção de hardware/software com incremento de 46,2% (R\$ 3,2 milhões nos 9M16 – R\$ 2,2 milhões nos 9M15). Do total dos custos e despesas operacionais com serviços de terceiros o que apresenta maior participação é o custo de manutenção de planta, que no acumulado dos 9M16 somou R\$ 20,4 milhões (R\$ 19,6 milhões nos 9M15).

MEIOS DE CONEXÃO: No 3T16 os custos com meios de conexão totalizaram R\$ 2,1 milhões, estável em relação ao 2T16 (R\$ 2,1 milhões). No acumulado dos 9M16 estes custos atingiram R\$ 6,4 milhões representados principalmente por custos de cessão de meios para integração das redes de telecomunicações da Telebras e Eletronorte.

OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS

R\$ mil	Trimestres							
	3T16	2T16	3T15	Δ Trim.	Δ Ano	9M16	9M15	Δ Ano
Outras Receitas Operacionais								
Reversão de Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	2.133	48	39	4343,8%	5369,2%	4.198	787	433,4%
Outras	70	13	3	438,5%	2233,3%	83	43	93,0%
Total	2.203	61	42	3511,5%	5145,2%	4.281	830	415,8%
Outras Despesas Operacionais								
Pessoal	(118)	(215)	(126)	-45,1%	-6,3%	(507)	(199)	154,8%
Tributos	(3)	(8)	(5)	-62,5%	-40,0%	(23)	(64)	-64,1%
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(13)	(31)	(116)	-58,1%	-88,8%	(57)	(2.962)	-98,1%
Patrocínios	(437)	(287)		52,3%	-100,0%	(922)	(629)	46,6%
Multas - Fornecedores	(124)	(19)		552,6%	-100,0%	(144)	(7)	1957,1%
Multas sobre Tributos	130	(2.981)	(20)	-104,4%	-750,0%	(3.165)	(75)	4120,0%
Multas sobre Cauções		(593)		100,0%	-100,0%	(594)	n.d.	100,0
Perdas Estimadas sobre Ativo Fixo	(1)	(4)	(339)	-75,0%	-99,7%	(4)	(656)	-99,4%
Outras							(61)	-100,0%
Total	(566)	(4.138)	(606)	-86,3%	-6,6%	(5.416)	(4.682)	15,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	1.637	(4.077)	(564)			(1.135)	(3.852)	

No 3T16 o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positivo, no montante de R\$ 1,6 milhão. Na comparação com o 3T15, houve um crescimento de R\$ 2,1 milhões. O aumento é explicado pelo reconhecimento de Reversão de Provisão para Riscos Prováveis no montante de R\$ 2,1 milhões no 3T16. Com relação ao 2T16, o aumento foi de R\$ 5,7 milhões devido ao registro de despesas com multas tributárias e sobre cauções no valor de R\$ 3,6 milhões. No acumulado dos 9M16 o resultado foi negativo no montante de R\$ 1,1 milhões (R\$ 3,9 milhões nos 9M15) e teve como principais eventos a Reversão de Provisão para Riscos Prováveis no valor de R\$ 4,2 milhões do lado da receita e as multas sobre tributos no montante de R\$ 3,2 milhões do lado da despesa.

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
3º Trimestre de 2016

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	Trimestres							
	3T16	2T16	3T15	Δ Trim.	Δ Ano	9M16	9M15	Δ Ano
Receitas Financeiras								
Juros sobre Disponibilidades	1.911	2.209	2.330	-13,5%	-18,0%	7.053	9.348	-24,6%
Juros sobre Depósitos Judiciais	1.472	738	782	99,5%	88,2%	2.819	2.519	11,9%
Juros sobre Contas a Receber	230	123	64	87,0%	259,4%	445	212	109,9%
Juros sobre Cauções e Retenções		76		-100,0%	n.d.	76		100,0%
Juros sobre Capital Próprio	21			100,0%	100,0%	21	36	-41,7%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(310)	(730)		-57,5%	100,0%	(1.040)		100,0%
Total	3.324	2.416	3.176	37,6%	4,7%	9.374	12.115	-22,6%
Despesas Financeiras								
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(13.529)	(12.667)	(15.825)	6,8%	-14,5%	(37.947)	(30.432)	24,7%
Juros e VM de Acordos Judiciais	(5.417)	(8.143)	(2.544)	-33,5%	112,9%	(20.000)	(17.224)	16,1%
Juros s/ Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(911)	(1.481)	(3.896)	-38,5%	-76,6%	(5.462)	(7.565)	-27,8%
VM Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(574)	(911)	(1.791)	-37,0%	-68,0%	(4.948)	(6.261)	-21,0%
Juros sobre Empréstimos			2.462	n.d.	n.d.			n.d.
Encargos Financeiros s/ Empréstimos			973	n.d.	n.d.			n.d.
Outras Despesas Financeiras	48	(1.045)	(1)	n.d.	n.d.	(1.180)	(34)	3370,6%
Total	(20.383)	(24.247)	(20.622)	-15,9%	-1,2%	(69.537)	(61.516)	13,0%
Variação Cambial, líquida		(1)	(4)			(1)	54	-101,9%
Resultado Financeiro	(17.059)	(21.832)	(17.450)			(60.164)	(49.347)	

No 3T16 o resultado financeiro foi negativo, no montante de R\$ 17,1 milhões, estável em relação ao 3T15 que apresentou resultado de R\$ 17,4 milhões. Na comparação com o 2T16, houve uma queda de R\$ 4,7 milhões justificada pela redução dos encargos de juros e variação monetária sobre acordos judiciais no valor de R\$ 2,7 milhões e um aumento das receitas financeiras de R\$ 0,9 milhão. Na comparação entre os 9M16 e os 9M15 o resultado negativo aumentou em R\$ 10,8 milhões, passando de R\$ 49,3 milhões nos 9M15 para R\$ 60,2 nos 9M16. Os principais elementos que contribuíram para estas variações foram: Juros sobre Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (R\$ 37,9 milhões nos 9M16 contra R\$ R\$ 30,4 milhões nos 9M15), Juros e Variação Monetária sobre Acordos Judiciais (R\$ 20,0 milhões nos 9M16 (R\$ 17,2 milhões nos 9M15). Estes itens de despesas financeiras foram parcialmente amortizados pelos Juros sobre as Disponibilidades, que totalizaram R\$ 7,0 milhões nos 9M16 e R\$ 9,3 milhões nos 9M15.

EBITDA (LAJIDA)

R\$ mil	Trimestres							
	3T16	2T16	3T15	Δ Trim.	Δ Ano	9M16	9M15	Δ Ano
Prejuízo Consolidado do Período	(68.794)	(75.920)	(53.332)	-9,4%	29,0%	(221.161)	(173.566)	27,4%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social		5		-100,0%	n.d.	49		100,0%
(+/-) Resultado Financeiro	17.059	21.832	17.450	-21,9%	-2,2%	60.164	49.347	21,9%
(+/-) Depreciação e Amortização	16.118	16.136	16.141	-0,1%	-0,1%	48.391	48.415	0,0%
EBITDA	(35.617)	(37.947)	(19.741)	-6,1%	80,4%	(112.557)	(75.804)	-48,5%
Ajustes:								
(+/-) Equivalência Patrimonial	3.019	(396)	(6.623)	n.d.	n.d.	5.446	(14.454)	n.d.
EBITDA Ajustado	(32.598)	(38.343)	(26.364)	-15,0%	23,6%	(107.111)	(90.258)	18,7%
Margem EBITDA	-269%	-310%	-127%	-13%	111%	-288%	-233%	
Margem EBITDA Ajustado	-246%	-313%	-170%	-21%	45%	-274%	-277%	

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
3º Trimestre de 2016

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo o Resultado da Venda de Bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado), não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda, que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 3T16 o EBITDA Ajustado foi negativo, no montante de R\$ 32,6 milhões (R\$ 26,4 milhões no 3T15), demonstrando um aumento da insuficiência de geração de caixa operacional de 23,6%. Com relação 2T16 (38,3 milhões), o EBITDA Ajustado apresentou uma melhora desta insuficiência da ordem de 15,0%. No acumulado aos 9M16, o EBITDA Ajustado foi negativo no valor de R\$ 107,1 milhões, 18,7% superior aos 9M15 (R\$ 90,3 milhões). A Margem EBITDA Ajustada nos 9M16 foi de -274%, enquanto nos 9M15 foi de -277%. Apesar do crescimento de 20,1% da Receitas Operacional Líquida, o EBITDA Ajustado apresentou uma evolução negativa de 18,7%, suportada principalmente pelo incremento dos custos e despesas com pessoal, serviços de terceiros e meios de conexão, que cresceram 35,9% ,11,5% e 8.150,6%, respectivamente.

PREJUÍZO CONSOLIDADO DO PERÍODO

R\$ Mil	Trimestres						
	3T16	2T16	3T15	Δ Trim.	Δ Ano	9M16	9M15
Prejuízo Consolidado do Período	(68.794)	(75.920)	(53.332)	-9,4%	29,0%	(221.161)	(173.566)
Margem Líquida	-519,0%	-619,4%	-343,7%	-16,2%	51,0%	-566,0%	-533,4%
Prejuízo Atribuído aos Controladores	(68.794)	(75.920)	(53.332)	-9,4%	29,0%	(221.161)	(173.566)
Prejuízo por Ação (R\$)	(5,8088)	(6,4100)	(4,5033)	-9,4%	29,0%	(18,6744)	(14,6555)

O Prejuízo Consolidado no 3T16 foi de R\$ 68,8 milhões (R\$ 53,3 milhões no 3T15 e R\$ 75,9 milhões no 2T16), com variações de 29,0% e -9,4% respectivamente. No acumulado dos 9M16 o prejuízo foi de R\$ 221,2 milhões (R\$ 173,7 milhões nos 9M15).

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

DÍVIDA LÍQUIDA¹

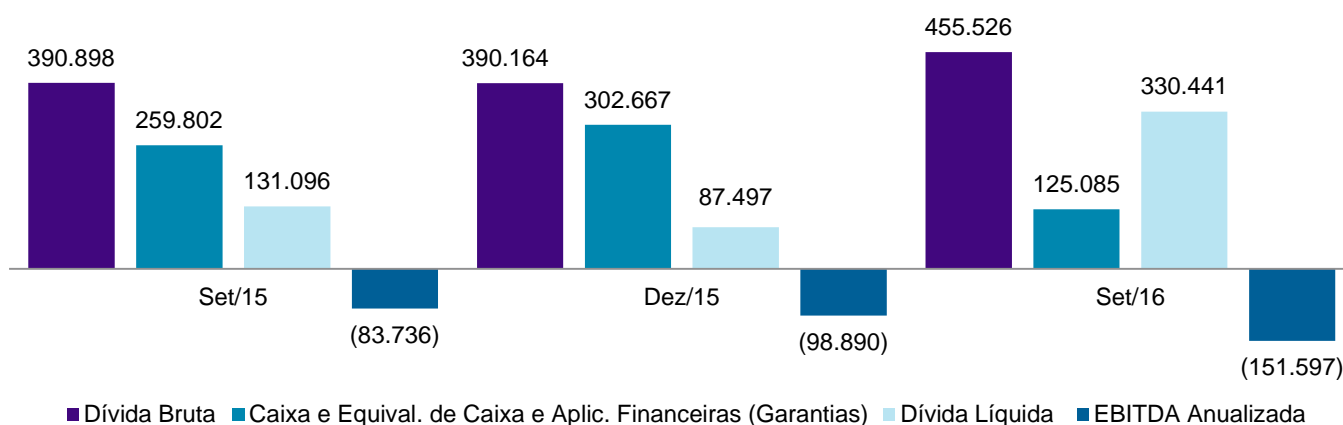
R\$ Mil	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2015	Δ Trim.	Δ Ano
Empréstimos e Financiamentos - FINEP	248.341	244.498	241.578	1,6%	2,8%
Credores por Acordos Judiciais - PREVI e FUNCEF	207.185	145.666	149.320	42,2%	38,8%
Dívida Bruta	455.526	390.164	390.898	16,8%	16,5%
(-) Aplicações Financeiras - (Garantias)	49.881	45.885	44.513	8,7%	12,1%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	75.204	256.782	215.289	-70,7%	-65,1%
Dívida Líquida	330.441	87.497	131.096	277,7%	152,1%
Dívida Líquida / EBITDA	-	-	-		

¹ Dívida Líquida= Dívida bruta – Caixa e Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras de recursos vinculados a garantias de empréstimos e financiamentos e de acordos judiciais firmados com credores.

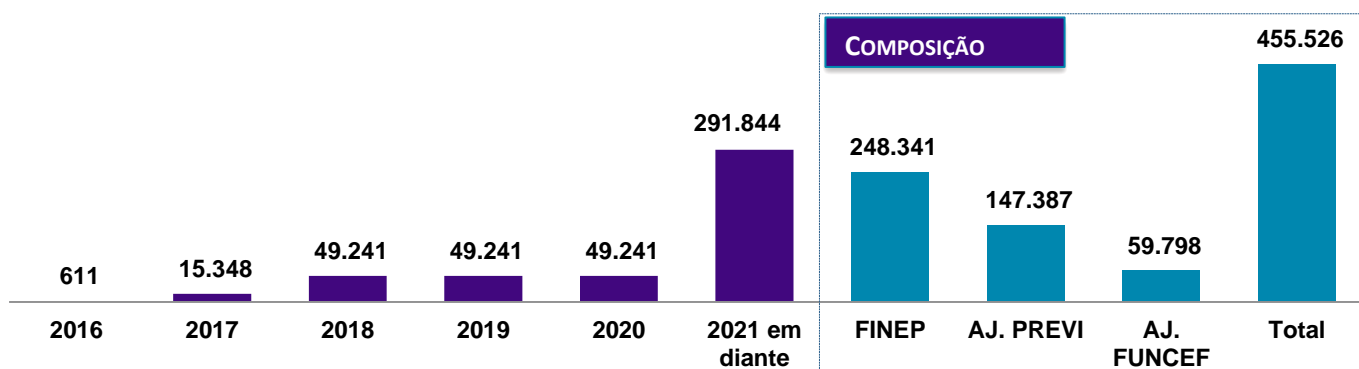
Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
3º Trimestre de 2016

A Dívida Bruta Consolidada da Companhia em setembro de 2016 apresentou crescimento em relação a dezembro de 2015 e setembro de 2015 de 16,8% e 16,5, respectivamente. O aumento é justificado pela adição de R\$ 66,8 milhões em Credores por Acordo Judiciais, em função do acordo de pagamento firmado com a FUNCEF, que obteve decisão favorável em litígio com Telebras cuja objeto era o pagamento de dividendos. O aumento da Dívida Líquida na comparação entre os períodos apresentados (152,7% em relação a setembro de 2015 e 277,7% em dezembro de 2015), ocorreu pela a adição de R\$ 66,8 milhões do acordo com a FUNCEF e a redução de Caixa e Equivalentes de Caixa devido principalmente os desembolsos com investimentos no projeto SGDC. O indicador de Dívida Líquida vezes EBITDA não é apresentado para os períodos comparados devido ao resultado do EBITDA anualizado² ser negativo para estes períodos.

COMPORTAMENTO DOS COMPONENTES DA DÍVIDA LÍQUIDA – R\$ MIL



CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – R\$ MIL



MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ACORDOS DE DÍVIDAS

R\$ mil	30/09/2016	
	Empréstimos e Financiamentos	Acordos Judiciais
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015	244.498	145.666
Adições – Acordo Judicial de Dívida FUNCEF		66.080
Juros e Correção Monetária Incorridos	9.398	20.000
Juros Pagos	(5.555)	(16.876)
Amortizações de principal		(7.685)
Saldo em 30 de setembro de 2016	248.341	207.185

² EBITDA anualizado: Representa o EBITDA do mês corrente somado ao EBITDA mensal dos onze meses anteriores.

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
3º Trimestre de 2016

CAPEX

DISTRIBUIÇÃO DO CAPEX

R\$ mil	Trimestres								
	3T16	2T16	3T15	Δ Trim	Δ Ano	9M16	9M15	Δ Ano	
Satélite (*)	6.464	211.598	200.485	-96,9%	-96,8%	219.035	425.153	-48,5%	
PNBL	15.559	15.698	6.561	-0,9%	137,1%	38.267	20.118	90,2%	
Ativos de Informática	784	746	3.086	5,1%	-74,6%	2.184	5.007	-56,4%	
Outros	8	1.262	137	-99,4%	-94,2%	1.354	1	n.d.	
Total	22.815	229.304	210.269	-90,1%	-89,1%	260.840	450.279	-42,1%	

*Exclui Encargos Capitalização AFAC e Empréstimos.

Nos 9M16 a Telebras realizou investimentos da ordem de R\$ 260,8 milhões (R\$ 450,3 nos 9M15) uma redução de 42,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta queda se deve principalmente pela diminuição dos desembolsos para o projeto SDGC em função do atual estágio do projeto. O principal destino dos investimentos realizados pela Telebras foi o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - (Projeto SGDC), que recebeu 84,0% dos recursos aplicados nos 9M16 (94,4% nos 9M15).

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
3º Trimestre de 2016

ANEXO I**Trimestres**

R\$ mil	3T16	2T16	3T15	9M16	9M15
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	20.149	17.539	21.247	56.912	45.146
Serviços de Comunicação Multimídia	18.390	15.674	17.016	51.673	39.130
Alugueis e Locações	1.759	1.865	4.231	5.239	6.016
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(6.895)	(5.282)	(5.729)	(17.836)	(12.608)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	5.806	(4.992)	(5.597)	(16.442)	(12.451)
Descontos Incondicionais	1.089	(290)	(132)	(1.394)	(157)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.254	12.257	15.518	39.076	32.538
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	48.871)	(50.204)	(35.259)	(151.633)	(108.342)
Pessoal	17.101)	(17.013)	(12.735)	(51.733)	(38.076)
Serviços de Terceiros	16.166)	(16.522)	(14.958)	(48.824)	(43.782)
Alugueis e Locações	(11.804)	(10.978)	(13.278)	(36.530)	(36.045)
Meios de Conexão	(2.127)	(2.163)	(72)	(6.353)	(77)
Equivalência Patrimonial	(3.019)	396	6.623	(5.446)	14.454
Tributos	(306)	(13)	(218)	(1.331)	(801)
Material	(58)	(18)	(38)	(96)	(140)
Outras Despesas Operacionais	(493)	(3.954)	(625)	(5.601)	(4.705)
Outras Receitas Operacionais	2.203	61	42	4.281	830
EBITDA	(35.617)	(37.947)	(19.741)	(112.557)	(75.804)
Margem EBITDA	-268,73%	-309,59%	-127,21%	-288,05%	-232,97%
Depreciação e Amortização	(16.118)	(16.136)	(16.141)	(48.391)	(48.415)
EBIT	(51.735)	(54.083)	(35.882)	(160.948)	(124.219)
Resultado Financeiro	(17.059)	(21.832)	(17.450)	(60.164)	(49.347)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	(68.794)	(75.915)	(53.332)	(221.112)	(173.566)
DEDUÇÕES DO RESULTADO	-	(5)	-	(49)	-
IRPJ/CSLL	-	(5)	-	(49)	-
PREJUÍZO CONSOLIDADO DO PERÍODO	(68.794)	(75.920)	(53.332)	(221.161)	(173.566)
Margem Líquida	-519,0%	-619,40%	-343,68%	-565,98%	-533,43%
Atribuível aos Acionistas Controladores	(68.794)	(75.920)	(53.332)	(221.161)	(173.566)
Quantidade de Ações em Milhares	11.844	11.844	11.844	11.844	11.844
Prejuízo Atribuído aos Acionistas Controladores por Ação (R\$)	(5,8088)	(6,4100)	(4,5033)	(18,6744)	(14,6555)

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
3º Trimestre de 2016

ANEXO II

Balço Patrimonial - R\$ mil	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2015
Total Ativo	2.756.758	2.554.529	2.324.098
Circulante	259.481	423.053	358.106
Caixa e Equivalentes de Caixa	75.204	256.782	215.289
Contas a Receber de Clientes	42.365	38.122	34.914
Tributos a Recuperar	74.878	57.005	44.482
Depósitos Judiciais	34.468	33.537	32.833
Dividendos a Receber	5.456	10.362	5.456
Aplicações Financeiras	1.729	1.442	1.392
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	11.529	10.717	9.716
Outros Ativos Realizáveis	13.852	15.086	14.024
Não Circulante	2.497.277	2.131.476	1.965.992
Aplicações Financeiras	49.881	45.885	44.513
Tributos a Recuperar	166.831	137.618	133.140
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	20.117	20.618	20.224
Depósitos Judiciais	3.637	1.679	1.796
Outros Ativos Realizáveis	19	-	-
Realizável a Longo Prazo	240.485	205.800	199.673
Investimentos	45.438	55.231	55.098
Imobilizado	2.192.081	1.850.122	1.690.519
Intangível	19.273	20.323	20.702
Total Passivo	2.756.758	2.554.529	2.324.098
Circulante	104.252	321.781	326.645
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	14.527	8.248	11.879
Fornecedores	42.056	278.470	277.583
Tributos a Recolher	7.179	7.740	8.070
Empréstimos	3.526	622	599
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	17.089	14.140	15.042
Credores por Perdas Judiciais	12.434	4.250	7.814
Outras Obrigações	7.441	8.311	5.658
Não Circulante	3.102.664	2.451.508	2.153.218
Tributos a Recolher	434	434	434
Empréstimos	244.815	243.876	240.380
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	25.396	94.608	89.867
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	49.060	47.786	46.955
Credores por Perdas Judiciais	330.300	276.965	276.965
Grupamento de Ações	13.107	13.107	13.112
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682	48.682	48.682
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.886.032	1.320.458	1.146.531
Receita Recebida Antecipadamente	489.360	390.600	278.168
Outras Obrigações	15.478	14.992	12.124
Patrimônio Líquido	(450.158)	(218.760)	(155.765)
Capital Social	263.145	263.145	263.145
Prejuízos Acumulados	(719.898)	(498.737)	(436.670)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.706	16.943	17.871
Ações em Tesouraria	(111)	(111)	(111)

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
3º Trimestre de 2016

ANEXO III

R\$ mil	3T16	2T16	3T15	9M16	9M15
Recursos Gerados/(Consumidos) nas Atividades:					
Operacionais	(43.745)	(81.779)	138.668	(136.169)	89.464
Investimento	(78.857)	(119.170)	(200.444)	(443.992)	(514.150)
Financiamento	33.667	205.000	133.884	403.455	390.901
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(88.935)	4.051	72.108	(176.706)	(33.785)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	164.139	160.088	143.181	251.910	249.074
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	75.204	164.139	215.289	75.204	215.289
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	(88.935)	4.051	72.108	(176.706)	(33.785)



1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras –, sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis (“Telebras” ou “Companhia”).

1.2. Grupamento de ações

A Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Telebras realizada em 3 de março de 2016 aprovou o grupamento de 118.442.718 ações nominativas escriturais, das quais 97.439.719 ordinárias e 21.002.999 preferenciais, representativas do capital social, na proporção de dez ações para uma. Isso resultou em 11.844.270 ações nominativas escriturais, sendo 9.743.971 ações ordinárias e 2.100.299 ações preferenciais, nos termos no artigo 12, da Lei 6.404/76.

A medida visou elevar os preços das ações e atender a uma exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de manter os papéis em negociação na BM&Fvespa com valores acima de R\$ 1,00 a unidade, em 30 pregões consecutivos.

A aprovação pelo Conselho de Administração da Telebras ocorreu em 2 dezembro de 2015.

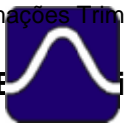
Em 30 de setembro de 2016, a União detinha diretamente 57,61% das ações ordinárias com direito a voto e 47,40% de seu capital total. Em 3 de dezembro de 2013, por meio de Decreto da Presidência da República, a União autorizou a transferência de ações de emissão da TELEBRAS, de sua titularidade, para a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, correspondente a 33,17% das ações ordinárias e 27,28% do capital social da Companhia.

Resumo do quadro societário em 30 de setembro de 2016:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal	5.613.570	57,61%	União Federal	113	0,01%	União Federal	5.613.683	47,40%
FINEP	3.231.600	33,17%	FINEP		0,00%	FINEP	3.231.600	27,28%
Outros	898.801	9,22%	Outros	2.100.186	99,99%	Outros	2.998.987	25,32%
Total	9.743.971	100,00%	Total	2.100.299	100,00%	Total	11.844.270	100,00%

Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionado seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNLB – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos.

Projetos Especiais também estiveram e estão no foco das ações da Telebras, são eles: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.



1.3. Incorporação da TELEBRAS COPA S.A

Em reunião realizada em 22 de março de 2016, o Conselho de Administração aprovou proposta de incorporação da sua subsidiária integral Telebras Copa S.A., sociedade anônima de capital fechado, e que a Administração submeterá a proposta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, em data a ser estabelecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

A Incorporação faz parte de um processo de reorganização, após a finalização dos eventos para os quais a TELEBRAS COPA foi constituída a fim de prestar serviços de telecomunicações, que tem por objetivo a simplificação da estrutura societária e operacional da TELEBRAS.

A Incorporação resultará na simplificação da estrutura societária e operacional atual, com a consequente redução de custos financeiros e operacionais.

Por se tratar de incorporações de subsidiária integral, não haverá aumento de capital na Telebras nem emissão de novas ações. A ação representativa do capital social da Telebras Copa S.A. será extinta, promovendo-se os necessários registros contábeis na Telebras.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral oportuna e adequadamente informados a respeito de quaisquer desenvolvimentos relativos à operação de incorporação até sua conclusão.

1.4. Programa Brasil Inteligente

A Telebras vai conectar com banda larga de qualidade 30 mil escolas urbanas e rurais até 2019, beneficiando cerca de 20 milhões de estudantes, com o Programa Minha Escola Mais Inteligente. O programa em 9 de maio de 2016, dentro do programa Brasil Inteligente, a nova fase do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

O programa Minha Escola Mais Inteligente é desenvolvido pela Telebras juntamente com os ministérios das Comunicações e da Educação. O objetivo é chegar com uma velocidade média de 78 megabits por segundo (Mbps) em cada escola, facilitando o transporte de conteúdo e o acesso às informações por parte dos alunos e professores.

O Brasil Inteligente prevê, entre outras ações, a universalização do acesso à internet e o aumento da velocidade média da banda larga fixa no País. O objetivo do programa é garantir o acesso à banda larga de alta velocidade para 95% da população e levar fibra óptica para 70% dos municípios até 2018.

O Ministério das Comunicações vai disponibilizar, ainda este ano, R\$ 350 milhões para a conexão das escolas, enquanto o MEC prevê investimentos de R\$ 400 milhões em 2017, R\$ 500 milhões em 2018 e R\$ 600 milhões em 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com os IFRS, bem como estão alinhados com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.



O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, arquivadas em 22 de março de 2016 na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de setembro de 2016 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2015.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 7 de novembro de 2016.

2.2 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das informações contábeis intermediárias, é o Real (R\$).

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

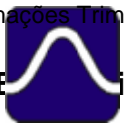
Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia, acima mencionadas. No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas e coligadas.

2.4 Base de consolidação

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha participação societária nas seguintes sociedades, conforme segue:

Investidas	Tipo de Investimento	% de Participação		País (Sede)
		30/09/2016	31/12/2015	
Telebrás Copa S.A	Controlada Integral	100%	100%	Brasil
Visiona Tecnologia Espacial S.A	Coligada	49%	49%	Brasil
Cabos Brasil Europa S.A	Coligada	35%	35%	Brasil

As participações societárias em sociedades controladas ou em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas Informações Contábeis Intermediárias individuais. Nas Informações Contábeis Intermediárias consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são eliminados. Os investimentos em sociedades coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial nas Informações Contábeis Intermediárias consolidadas.



2.5 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

As seguintes normas e alterações de normas contábeis ocorreram:

- a. Revisão de Pronunciamentos Técnicos Nº 08/2015 – Aprovado em 7 de agosto de 2015 e divulgado em 5 de novembro de 2015: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 01 (R1), CPC 04 (R1), CPC 06 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21,(R1), CPC 22, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 29, CPC 31, CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) e CPC 45.

Todas as alterações são para vigência a partir de 1º de janeiro de 2016 e, de maneira geral, introduzem melhorias aos textos visando a uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais.

- b. Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Informações Contábeis Intermediárias. Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

- i. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- ii. IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;
- iii. IFRS 16 – Lease;
- iv. Modificações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;
- v. Modificações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação;
- vi. Modificações à IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis;
- vii. Modificações à IAS 27 – Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas;
- viii. Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture;
- ix. Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de investimento: Aplicando a exceção de consolidação; e
- x. Melhorias Anuais nas IFRS's ciclo 2012 – 2014.

3. REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2015 E NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2015

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2015 e das Demonstrações Contábeis Anuais de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados e reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis



Intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2016. A Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2015 com o objetivo de manter a melhor comparação e apresentação dos saldos entre os períodos e também para fins de atendimento do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.

3.1. Balanço Patrimonial

3.1.1. Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2015

	Controladora								Reapresentado 31/12/2015
	Divulgado em 31/12/2015	Reclassificações						Aplicações Financeiras	
		Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar	Tributos a Recolher		
ATIVO CIRCULANTE	408.743		(20.618)						388.125
Caixa e Equivalentes de Caixa	251.910								251.910
Contas a Receber de Clientes	15.685								15.685
Tributos a Recuperar						55.695			55.695
Tributos Federais a Recuperar	54.298					(54.298)			
ICMS a Recuperar	1.397					(1.397)			
Depósitos Judiciais	33.537								33.537
Dividendos a Receber	10.362								10.362
Aplicações Financeiras								1.442	1.442
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	31.335		(20.618)						10.717
Outros Ativos Realizáveis	10.219							(1.442)	8.777
NÃO CIRCULANTE	2.145.786		20.618						2.166.404
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	190.866		20.618						211.484
Aplicações Financeiras	45.885								45.885
Tributos a Recuperar						137.618			137.618
Tributos Federais a Recuperar	121.702					(121.702)			
ICMS a Recuperar	15.916					(15.916)			
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos			20.618						20.618
Depósitos Judiciais	1.679								1.679
Outros Ativos Realizáveis	5.684								5.684
Investimentos	84.475								84.475
Imobilizado	1.850.122								1.850.122
Intangível	20.323								20.323
TOTAL	2.554.529								2.554.529
PASSIVO									
PASSIVO CIRCULANTE	382.674		(47.786)		(13.107)				321.781
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	8.248								8.248
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	47.786		(47.786)						
Fornecedores	278.470								278.470
Tributos a Recolher							7.740		7.740
Empréstimos		622							622
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	14.140								14.140
Credores por Perdas Judiciais				4.250					4.250
Grupamento de Ações	13.107				(13.107)				
Outras Obrigações	20.923	(622)		(4.250)			(7.740)		8.311
NÃO CIRCULANTE	2.390.615		47.786		13.107				2.451.508
Tributos a Recolher							434		434
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados			47.786						47.786
Empréstimos	243.876								243.876
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	94.608								94.608
Credores por Perdas Judiciais	276.965								276.965
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682								48.682
Grupamento de Ações					13.107				13.107
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.320.458								1.320.458
Receita Recebida Antecipadamente	390.600								390.600
Outras Obrigações	15.426						(434)		14.992
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(218.760)								(218.760)
Capital Social	263.145								263.145
Prejuízos Acumulados	(498.737)								(498.737)

	Controladora								
	Divulgado em 31/12/2015	Reclassificações							Reapresentado 31/12/2015
		Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar	Tributos a Recolher	Aplicações Financeiras	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.943								16.943
Ações em Tesouraria	(111)								(111)
TOTAL	2.554.529								2.554.529

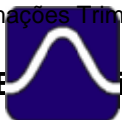
	Consolidado								
	Divulgado em 31/12/2015	Reclassificações							Reapresentado 31/12/2015
		Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar	Tributos a Recolher	Aplicações Financeiras	
ATIVO CIRCULANTE	443.671		(20.618)						423.053
Caixa e Equivalentes de Caixa	256.782								256.782
Contas a Receber de Clientes	38.122								38.122
Tributos a Recuperar						57.005			57.005
Tributos Federais a Recuperar	55.608					(55.608)			
ICMS a Recuperar	1.397					(1.397)			
Depósitos Judiciais	33.537								33.537
Dividendos a Receber	10.362								10.362
Aplicações Financeiras								1.442	1.442
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	31.335		(20.618)						10.717
Outros Ativos Realizáveis	16.528							(1.442)	15.086
NÃO CIRCULANTE	2.110.858		20.618						2.131.476
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	185.182		20.618						205.800
Aplicações Financeiras	45.885								45.885
Tributos Federais a Recuperar	121.702								121.702
ICMS a Recuperar	15.916								15.916
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos			20.618						20.618
Depósitos Judiciais	1.679								1.679
Investimentos	55.231								55.231
Imobilizado	1.850.122								1.850.122
Intangível	20.323								20.323
TOTAL	2.554.529								2.554.529
PASSIVO									
PASSIVO CIRCULANTE	382.674		(47.786)		(13.107)				321.781
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	8.248								8.248
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	47.786		(47.786)						
Fornecedores	278.470								278.470
Tributos a Recolher							7.740		7.740
Empréstimos		622							622
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	14.140								14.140
Credores por Perdas Judiciais				4.250					4.250
Grupamento de Ações	13.107				(13.107)				
Outras Obrigações	20.923	(622)		(4.250)			(7.740)		8.311
NÃO CIRCULANTE	2.390.615		47.786		13.107				2.451.508
Tributos a Recolher							434		434
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados			47.786						47.786
Empréstimos	243.876								243.876
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	94.608								94.608
Credores por Perdas Judiciais	276.965								276.965
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682								48.682
Grupamento de Ações					13.107				13.107
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.320.458								1.320.458
Receita Recebida Antecipadamente	390.600								390.600
Outras Obrigações	15.426						(434)		14.992
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(218.760)								(218.760)
Capital Social	263.145								263.145
Prejuízos Acumulados	(498.737)								(498.737)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.943								16.943
Ações em Tesouraria	(111)								(111)
TOTAL	2.554.529								2.554.529

3.1.2. Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2015

	Controladora										Reapresentado 30/09/2015
	Divulgado em 30/09/2015	Reclassificações								Investimento Equiv. Patrimonial	
		Capitalização de Encargos	Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar	Tributos a Recolher	Aplicações Financeiras		
ATIVO CIRCULANTE	343.569			(20.224)							323.345
Caixa e Equivalentes de Caixa	210.524										210.524
Contas a Receber de Clientes	12.477										12.477
Tributos a Recuperar							43.232				43.232
Tributos Federais a Recuperar	41.835						(41.835)				-
ICMS a Recuperar	1.397						(1.397)				-
Depósitos Judiciais	32.833										32.833
Dividendos a Receber	5.456										5.456
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	29.940			(20.224)							9.716
Aplicações Financeiras									1.392		1.392
Outros Ativos Realizáveis	9.107								(1.392)		7.715
NÃO CIRCULANTE	1.929.087	51.442		20.224							2.000.753
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	185.133			20.224							205.357
Aplicações Financeiras	44.513										44.513
Tributos a Recuperar							133.140				133.140
Tributos Federais a Recuperar	121.702						(121.702)				-
ICMS a Recuperar	11.438						(11.438)				-
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos				20.224							20.224
Depósitos Judiciais	1.796										1.796
Outros Ativos Realizáveis	5.684										5.684
Investimentos	84.175										84.175
Imobilizado	1.639.077	51.442									1.690.519
Intangível	20.702										20.702
TOTAL	2.272.656	51.442									2.324.098
PASSIVO											
PASSIVO CIRCULANTE	386.712			(46.955)			(13.112)				326.645
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	11.879										11.879
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	46.955			(46.955)							-
Fornecedores	277.583										277.583
Tributos a Recolher								8.070			8.070
Empréstimos			599								599
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	15.042										15.042
Credores por Perdas Judiciais					7.814						7.814
Grupamento de Ações	13.112						(13.112)				-
Outras Obrigações	22.141		(599)		(7.814)			(8.070)			5.658
NÃO CIRCULANTE	2.093.151			46.955			13.112				2.153.218
Tributos a Recolher								434			434
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados				46.955							46.955
Empréstimos	240.380										240.380
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	89.867										89.867
Credores por Perdas Judiciais	276.965										276.965
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682										48.682
Grupamento de Ações							13.112				13.112
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.146.531										1.146.531
Receita Recebida Antecipadamente	278.168										278.168
Outras Obrigações	12.558							(434)			12.124
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(207.207)	51.442									(155.765)
Capital Social	263.145										263.145
Prejuízos Acumulados	(475.854)	51.442								(12.258)	(436.670)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.613									12.258	17.871
Ações em Tesouraria	(111)										(111)
TOTAL	2.272.656	51.442									2.324.098

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado										
	Divulgado em 30/09/2015	Reclassificações									Reapresentado 30/09/2015
		Capitalização de Encargos	Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar	Tributos a Recolher	Aplicações Financeiras	Investimento Equiv. Patrimonial	
ATIVO CIRCULANTE	378.330			(20.224)							358.106
Caixa e Equivalentes de Caixa	215.289										215.289
Contas a Receber de Clientes	34.914										34.914
Tributos a Recuperar							44.482				44.482
Tributos Federais a Recuperar	43.085						(43.085)				-
ICMS a Recuperar	1.397						(1.397)				-
Depósitos Judiciais	32.833										32.833
Dividendos a Receber	5.456										5.456
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	29.940			(20.224)							9.716
Aplicações Financeiras									1.392		1.392
Outros Ativos Realizáveis	15.416								(1.392)		14.024
NÃO CIRCULANTE	1.894.326	51.442		20.224							1.965.992
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	179.449			20.224							199.673
Aplicações Financeiras	44.513										44.513
Tributos a Recuperar							133.140				133.140
Tributos Federais a Recuperar	121.702						(121.702)				-
ICMS a Recuperar	11.438						(11.438)				-
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos				20.224							20.224
Depósitos Judiciais	1.796										1.796
Outros Ativos Realizáveis	-										-
Investimentos	55.098										55.098
Imobilizado	1.639.077	51.442									1.690.519
Intangível	20.702										20.702
TOTAL	2.272.656	51.442									2.324.098
PASSIVO											
PASSIVO CIRCULANTE	386.712			(46.955)		(13.112)					326.645
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	11.879										11.879
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	46.955			(46.955)							-
Fornecedores	277.583										277.583
Tributos a Recolher								8.070			8.070
Empréstimos			599								599
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	15.042										15.042
Credores por Perdas Judiciais					7.814						7.814
Grupamento de Ações	13.112					(13.112)					-
Outras Obrigações	22.141		(599)		(7.814)			(8.070)			5.658
NÃO CIRCULANTE	2.093.151			46.955		13.112					2.153.218
Tributos a Recolher								434			434
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados				46.955							46.955
Empréstimos	240.380										240.380
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	89.867										89.867
Credores por Perdas Judiciais	276.965										276.965
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682										48.682
Grupamento de Ações						13.112					13.112
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.146.531										1.146.531
Receita Recebida Antecipadamente	278.168										278.168
Outras Obrigações	12.558							(434)			12.124
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(207.207)	51.442									(155.765)
Capital Social	263.145										263.145
Prejuízos Acumulados	(475.854)	51.442							(12.258)		(436.670)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.613									12.258	17.871
Ações em Tesouraria	(111)										(111)
TOTAL	2.272.656	51.442									2.324.098



3.1.3. Justificativas para as reclassificações

Tributos Federais a Recuperar e ICMS a Recuperar: A reclassificação destas rubricas para a rubrica de Tributos a Recuperar, justifica-se pelo fato que os valores dos tributos a recuperar por esfera de governo já é apresentado em quadro específico nas notas explicativas (Nota Explicativa 7).

Empréstimos: O valor dos empréstimos (juros dos empréstimos) registrado no passivo circulante no Balanço Patrimonial de 2015 foi apresentado dentro da rubrica de “Outras Obrigações”. A Administração entende que esta forma de apresentação pode prejudicar a análise das informações por parte dos usuários da informação. Assim, o valor dos empréstimos (juros dos empréstimos) está sendo reclassificado para rubrica específica no passivo circulante “Empréstimos”, para melhor entendimento desta operação.

Tributos a Recolher: O valor de tributos a recolher sobre prestação de serviços reconhecidos no passivo circulante no Balanço Patrimonial de 2015 foi apresentado dentro da rubrica de “Outras Obrigações”. A Administração entende que esta forma de apresentação pode prejudicar a análise das informações por parte dos usuários da informação. Assim, os valores destes tributos estão sendo reclassificados para rubrica específica no passivo circulante “Tributos a Recolher”, para melhor entendimento desta operação por parte dos usuários da informação.

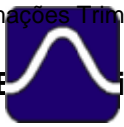
Credores por Perdas Judiciais: O valor da atualização monetária da dívida com a PREVI (Nota Explicativa 21) reconhecida no passivo circulante no Balanço Patrimonial de 2015 foi apresentada dentro da rubrica de “Outras Obrigações”. A Administração entende que esta forma de apresentação pode prejudicar a análise das informações por parte dos usuários da informação. Assim, o valor desta atualização monetária está sendo reclassificada para rubrica específica no passivo circulante “Credores por Perdas Judiciais”, de mesma natureza da rubrica em que está reconhecida a dívida original da PREVI no passivo não circulante, melhorado assim, o entendimento da operação por partes dos usuários da informação.

Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP): O programa foi constituído pela Telebrás em 1998, no contexto da privatização e reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para os empregados que, em face da iminente dissolução da empresa, deveriam buscar recolocação no mercado de trabalho.

O programa contemplava benefícios aos empregados, a serem concedidos quando se desligassem da empresa, constituídos as seguintes vantagens, acrescidas às verbas rescisórias de praxe:

- a) indenização pecuniária: doze vezes o salário e anuênio percebidos pelo empregado no mês de seu desligamento, acrescido de um por cento por ano de serviço prestado ao Sistema Telebrás;
- b) indenização a alimentação: doze vezes o valor mensal do auxílio alimentação;
- c) indenização de assistência médica: doze vezes o valor mensal de um plano de saúde;
- d) indenização Fundação de Seguridade Social: mensalidades do plano de seguridade social por um período de doze meses.

Em reunião ordinária da Diretoria realizada em 04 de abril de 2013, conforme ata de número 1145^a a diretoria decidiu que todos os atuais empregados efetivos da Telebrás, sem exceção (se elegível), têm direito às verbas contidas no Manual do Programa, além daquelas decorrentes da



lei, quando do seu desligamento, seja, por pedido demissão ou por desligamento por iniciativa da empresa.

Diante do exposto, a Administração entende a que a reclassificação desta provisão do passivo circulante para o passivo não circulante representa de forma mais fidedigna o tempo de realização dos valores desta provisão. Isto se deve, pelo fato que a realização ocorre quando o beneficiário do programa adere e solicita o seu desligamento e/ou quando há o desligamento por iniciativa da empresa.

Estes eventos não são recorrentes e a tendência é que a realização total do programa ocorra em um período superior a um exercício social.

Outro fato importante, que justifica a reclassificação para o passivo não circulante é a impossibilidade de mensurar o valor a ser reconhecido no passivo circulante, em função de não haver um cronograma desligamento e a decisão da adesão ser uma discricionariedade do beneficiário do programa e/ou uma iniciativa da empresa.

Valores a Receber de Colaboradores Cedidos: Devido à reclassificação dos valores da Provisão do Programa de Indenização por Serviços Prestados (item acima) do passivo circulante para o passivo não circulante, a Administração entende que os valores a receber de Colaboradores cedidos a outros órgãos e que são beneficiários do programa, também devem ser reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante para que a qualidade (uniformidade) da informação seja mantida. Os órgãos aos quais estes colaboradores estão cedidos deverão ressarcir a Telebras pelos desembolsos realizados quando do pagamento da indenização.

Grupamento de Ações: Nesta conta está registrado o valor de sobra da fração de ações que não foram possíveis de grupamento em lotes de ações fechados. Este valor deverá ser ressarcido aos acionistas pelo valor corresponde à fração da quantidade de ações detidas e que não puderam ser agrupadas em lotes fechado.

O ressarcimento é operacionalizado pela entidade responsável pela custódia dos títulos, que solicita da Telebras o repasse de valor sempre que houver manifestação dos acionistas em receber tais valores.

O saldo desta conta em 31 de junho de 2016 é de R\$ 13.107, e foi constituída em março de 2011 no montante de R\$ 13.540. A realização deste valor entre a data de constituição e data do último balanço patrimonial (31 de dezembro de 2015) foi de 3,2% do valor constituído, ou seja, R\$ 433.

A julgar pelo nível de realização deste valor percebe-se que a quitação desta obrigação ocorrerá em um período superior a um exercício social, apesar de sua realização está ligada diretamente a manifestação dos acionistas em receber tais valores.

Devido ao histórico de realização de pagamento se apresentar lento e com grande possibilidade de liquidação em período superior a um exercício social, a melhor forma de apresentação desta rubrica no balanço patrimonial seria no passivo não circulante.

Aplicações Financeiras: A Companhia está reclassificando os valores relativos a aplicações financeiras em ações de empresas de telecomunicações e do Fundo de Investimento da Amazônia, que estavam reconhecidos como bens destinados a venda para a rubrica de aplicações financeiras. A reclassificação visa adequar à correta classificação destes investimentos, pois a Companhia não tem a intenção de permanecer com os mesmos. Assim, foi realizada a reclassificação destes investimentos como instrumentos financeiros na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda, com mensuração pelo valor justo e a variação reconhecida no patrimônio líquido.

Capitalização de Encargos Financeiros de AFAC e Empréstimos: A Companhia realizou a reclassificação dos encargos financeiros de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e do empréstimo captado junto a FINEP. Estes encargos estão financiando o custo de construção de ativo qualificável e a reapresentação foi aplicada no Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2015. Esta reclassificação visa atender aos preceitos da norma CPC 20 – Custo dos Empréstimos, que trata do assunto e também para manter a comparabilidade dos valores apresentados no terceiro Trimestre de 2016. O montante reclassificado foi de R\$ 51.442 e impactou o Resultado Financeiro, o Imobilizado e o Patrimônio Líquido da Companhia.

Investimentos – Equivalência Patrimonial: No terceiro trimestre de 2015 ocorreu o reconhecimento indevido no resultado da Companhia de equivalência patrimonial sobre “Outros Resultados Abrangentes de Coligada”. Desta forma, a Companhia está realizando a reapresentação para fins de correção do valor reconhecido de forma indevida no resultado da Companhia, bem como no patrimônio líquido com a transferência do valor de Prejuízos Acumulados para Outros Resultados Abrangentes. O montante ajustado foi de R\$ 12.258.

3.2. Demonstração do Resultado do Período

	Controladora										
	Período de três meses findo em:					Período de nove meses findo em:					
	Divulgado em 30/09/2015	Ajustes			Reapresentado 30/09/2015	Divulgado em 30/09/2015	Ajustes			Reapresentado 30/09/2015	
	Encargos AFAC	Encargos Empréstimos	Equival. Patrimonial			Encargos AFAC	Encargos Empréstimos	Equival. Patrimonial			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15.518				15.518	32.538				32.538	
Custos dos Serviços Prestados	(40.639)				(40.639)	(116.608)				(116.608)	
Lucro Bruto	(25.121)				(25.121)	(84.070)				(84.070)	
Receitas / (Despesas) Operacionais	1.645			(12.258)	(10.613)	(24.076)				(12.258)	(36.334)
Comercialização dos Serviços	(4.111)				(4.111)	(10.498)					(10.498)
Despesas Gerais e Administrativas	(12.696)				(12.696)	(40.240)					(40.240)
Resultado de Equivalência Patrimonial	19.016			(12.258)	6.758	30.514			(12.258)		18.256
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(564)				(564)	(3.852)					(3.852)
Outras Receitas Operacionais	42				42	830					830
Outras Despesas Operacionais	(606)				(606)	(4.682)					(4.682)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(23.476)			(12.258)	(35.734)	(108.146)				(12.258)	(120.404)
Resultado Financeiro	(38.298)	20.218	482		(17.598)	(104.604)	46.694	4.748			(53.162)
Receitas Financeiras	7.419	(3.872)	(519)		3.028	16.602	(7.781)	(521)			8.300
Despesas Financeiras	(45.713)	24.090	1.001		(20.622)	(121.260)	54.475	5.269			(61.516)
Variação Cambial	(4)				(4)	54					54
Prejuízo Operacional antes dos Tributos	(61.774)	20.218	482	(12.258)	(53.332)	(212.750)	46.69	4.748	(12.258)		(173.566)
Prejuízo do Período	(61.774)	20.218	482	(12.258)	(53.332)	(212.750)	46.694	4.748	(12.258)		(173.566)

	Consolidado									
	Período de três meses findo em:					Período de nove meses findo em:				
	Divulgado em 30/09/2015	Ajustes			Reapresentado 30/09/2015	Divulgado em 30/09/2015	Ajustes			Reapresentado 30/09/2015
	Encargos AFAC	Encargos Empréstimos	Equival. Patrimonial			Encargos AFAC	Encargos Empréstimos	Equival. Patrimonial		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15.518				15.518	32.538				32.538
Custos dos Serviços Prestados	(40.639)				(40.639)	(116.608)				(116.608)
Lucro Bruto	(25.121)				(25.121)	(84.070)				(84.070)

	Consolidado									
	Divulgado em 30/09/2015	Período de três meses findo em:			Reapresentado 30/09/2015	Divulgado em 30/09/2015	Período de nove meses findo em:			Reapresentado 30/09/2015
		Encargos AFAC	Ajustes Encargos Empréstimos	Equival. Patrimonial			Encargos AFAC	Ajustes Encargos Empréstimos	Equival. Patrimonial	
Receitas / (Despesas) Operacionais	1.497			(12.258)	(10.761)	(27.891)			(12.258)	(40.149)
Comercialização dos Serviços	(4.111)				(4.111)	(10.498)				(10.498)
Despesas Gerais e Administrativas	(12.709)				(12.709)	(40.253)				(40.253)
Resultado de Equivalência Patrimonial	18.881			(12.258)	6.623	26.712			(12.258)	14.454
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(564)				(564)	(3.852)				(3.852)
Outras Receitas Operacionais	42				42	830				830
Outras Despesas Operacionais	(606)				(606)	(4.682)				(4.682)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(23.624)			(12.258)	(35.882)	(111.961)			(12.258)	(124.219)
Resultado Financeiro	(38.150)	20.217	483		(17.450)	(100.789)	46.694	4.748		(49.347)
Receitas Financeiras	7.566	(3.872)	(518)		3.176	20.417	(7.781)	(521)		12.115
Despesas Financeiras	(45.712)	24.089	1.001		(20.622)	(121.260)	54.475	5.269		(61.516)
Variação Cambial	(4)				(4)	54				54
Prejuízo Operacional antes dos Tributos	(61.774)	20.217	483	(12.258)	(53.332)	(212.750)	46.694	4.748	(12.258)	(173.566)
Prejuízo do Período	(61.774)	20.217	483	(12.258)	(53.332)	(212.750)	46.694	4.748	(12.258)	(173.566)
Atribuído ao Acionista Controladores	(61.774)				(53.332)	(212.750)				(173.566)

3.2.1. Justificativas para as reclassificações

Capitalização de Encargos Financeiros de AFAC e Empréstimos: A Companhia realizou a reclassificação dos encargos financeiros de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e do empréstimo captado junto a FINEP, e que estão financiando o custo de construção de ativo qualificável. Esta reclassificação visa atender aos preceitos da norma CPC 20 – Custo dos Empréstimos, que trata do assunto e também para manter a comparabilidade dos valores apresentados no terceiro trimestre de 2016. O montante reclassificado foi de R\$ 51.442 e impactou o Resultado Financeiro, o Imobilizado e o Patrimônio Líquido da Companhia.

Equivalência Patrimonial: No terceiro trimestre de 2015 ocorreu o reconhecimento indevido no resultado da Companhia de equivalência patrimonial sobre “Outros Resultados Abrangentes de Coligada”. Desta forma, a Companhia está realizando a reapresentação para fins de correção do valor reconhecido de forma indevida no resultado da Companhia, bem como no patrimônio líquido com a transferência do valor de Prejuízos Acumulados para Outros Resultado Abrangentes. O montante ajustado foi de R\$ 12.258.

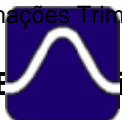
4. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

4.1 Fatores de risco

A Administração da Companhia e sua controlada têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas



condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A Companhia, por meio de seus atos normativos e de gestão em sua controlada, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

4.1.1 Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido.

4.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

4.1.2.1 Inadimplência do contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: Notificações de débito e de cobrança; Política de negociação de débitos; Interrupção dos serviços e negativação do cliente; Inclusão no Cadin; e Cobrança Judicial.

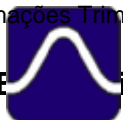
4.1.2.2 Caixa e equivalentes de caixa e Investimento financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é administrado pela Diretoria da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente, devido a restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem através da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil que estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentido, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.

4.1.3 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolso e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia, dado isso, possíveis reduções são detectadas com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.



A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	42.056	42.056				
Empréstimos e Financiamentos	248.341	611	2.914	69.948	104.922	69.946
Acordo Judicial FUNCEF	59.798	326		4.102	12.305	43.065
Acordo Judicial PREVI	147.387	6.054	6.054	20.329	30.494	84.456
Total	497.582	49.047	8.968	94.379	147.721	197.467

4.1.4 Risco de mercado

4.1.4.1 Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros fazendo com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxa pré-fixadas.

As principais linhas das demonstrações contábeis sujeitas a risco de taxa de juros são:

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros - Devido a limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.284/2005 para aplicação de seus recursos disponíveis para investimentos, a exposição da Companhia para o este tipo de risco é baixa. Os investimentos financeiros da Companhia são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.

4.1.5 Risco de operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, à pessoal, à tecnologia e à infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia direciona seus esforços para implantar infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga, atender ao que determina o Decreto 8.135/2013 e ampliar sua carteira de clientes corporativos. Além desse aspecto, projetos especiais também estão no foco das ações da TELEBRAS, tais como a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.

Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à TELEBRAS o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologia modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento



da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

Ressalte-se que, em 16 de julho de 2014, a Diretoria Comercial encaminhou expediente, em atendimento ao pleito do Comitê de Gestão Orçamentária, de projeção da estimativa de receita até o ano de 2020, com as seguintes premissas para o alcance da meta projetada:

- a) Aquisição de roteadores para atendimento aos clientes do Decreto nº 8.135/2013;
- b) Conclusão das redes metropolitanas até 2016;
- c) SGDC em operação comercial até maio de 2017;
- d) Capacidade ampliada para ativação, operação e manutenção dos clientes;
- e) Revisão nos custos e tecnologias adotadas nas portas (*backbone/backhaul*) e nos acessos (última milha); e
- f) Cumprimento de Acordo de Nível de Serviços Contratados.

A projeção das receitas decorre dos resultados de prospecções realizada em 2015, assim sendo, projetos especiais ou mudanças estratégicas poderão afetar diretamente a sua realização:

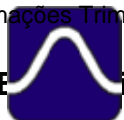
Tipo	2016	2017	2018	2019	2020
RNP	24.301	30.376	34.933	38.426	40.347
Regionais	32.259	43.550	58.793	79.370	107.150
Grandes Clientes	50.367	105.804	209.284	291.128	364.245
Interconexão	22.695	29.503	30.978	33.147	35.301
TOTAL	129.622	209.233	333.988	442.071	547.043

4.2 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Acordos Judiciais, pois os demais instrumentos financeiros a Administração considera que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras como exposto nos itens acima.

Desta forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2017, o INPC será de 5,20% conforme estimativa retirada do Sistema de Expectativa de Mercado do Banco Central do Brasil. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.



Risco - Elevação da Inflação	Indexador	Valor Contábil	Cenários Projetados - 30/09/2016		
			Provável	Possível 25%	Remoto 50%
			5,20%	6,50%	7,80%
Credores por Acordos Judiciais					
PREVI	INPC	147.387	155.051	156.967	158.883
FUNCEF	INPC	59.798	62.907	63.685	64.462
Passivo Exposto		207.185	217.959	220.652	223.345
Efeito da Variação do INPC			(10.774)	(13.467)	(16.160)

4.3 Instrumentos financeiros

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e sua controlada estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 5), Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 6), Títulos mobiliários (Nota Explicativa 12), Dividendos a receber (Nota Explicativa 11), Fornecedores (Nota Explicativa 18), Empréstimos (Nota Explicativa 23) e Credores por Acordo Judiciais (Nota Explicativa 21), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.

4.3.1 Classificação

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis; ativos financeiros disponíveis para venda; e ativos financeiros mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

4.3.1.1 Instrumento financeiros ativos

4.3.1.1.1 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são avaliados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e sua controlada gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos da Companhia e sua controlada. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 5).

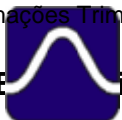
4.3.1.1.2 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota Explicativa 5); Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 6); e Dividendos a receber (Nota Explicativa 11).

4.3.1.1.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis



para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do Patrimônio Líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

A Companhia tem classificado nesta categoria Títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia que são títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 12).

4.3.1.1.4 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Companhia tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia tem classificado nesta categoria as Aplicações financeiras de garantia dos empréstimos e financiamentos captados junto a FINEP e Aplicações financeiras vinculada ao acordo judicial realizado com a PREVI (Nota Explicativa 12).

4.3.1.2 Instrumento financeiros passivos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia ou sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e sua controlada classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método de juros efetivos.

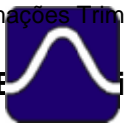
A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota Explicativa 18), Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 23) e Credores por acordos judiciais (Nota Explicativa 21).

4.3.2 Reconhecimento e mensuração

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, na qual a Companhia ou sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o



direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.3.3 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e sua controlada.

4.3.3.1 Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non-performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *“inputs”* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os *“inputs”* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os *“inputs”* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *“inputs”* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *“inputs”* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os *“inputs”* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *“inputs”* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/09/2016			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Equivalentes de Caixa	Valor Justo	Nível 2	75.093	75.093	75.093	75.093
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	111	111	111	111
Contas a Receber	Custo Amortizado		19.927	19.927	42.365	42.365
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		5.456	5.456	5.456	5.456
Mantidas até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado		49.881	49.881	49.881	49.881
Disponível para Venda						
Aplicações Financeiras (Ações)	Valor Justo	Nível 1	1.729	1.729	1.729	1.729
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		42.056	42.056	42.056	42.056
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		248.341	248.341	248.341	248.341
Cretores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		342.734	342.734	342.734	342.734

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2015			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Equivalentes de Caixa	Valor Justo	Nível 2	251.276	251.276	256.123	256.123
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	634	634	659	659
Contas a Receber	Custo Amortizado		15.685	15.685	38.122	38.122
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		10.362	10.362	10.362	10.362
Mantidas até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado		45.885	45.885	45.885	45.885
Disponível para Venda						
Aplicações Financeiras (Ações)	Valor Justo	Nível 1	1.442	1.442	1.442	1.442
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		278.470	278.470	278.470	278.470
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		244.498	244.498	244.498	244.498
Cretores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		281.215	281.215	281.215	281.215

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e Banco Conta Movimento	111	634	111	659
Aplicações Financeiras	75.093	251.276	75.093	256.123
Total	75.204	251.910	75.204	256.782

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF EXTRA COMUM.

Os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da empresa e têm remunerações atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)			22.437	22.437
Serviço de Comunicação e Multimídia	20.836	16.428	20.836	16.428
Total a Receber Bruto	20.836	16.428	43.273	38.865
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(909)	(743)	(909)	(743)
Total a Receber Líquido	19.927	15.685	42.364	38.122

i) A controlada TELEBRAS COPA S.A tem registrado contas a receber referente ao contrato celebrado com o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia.

6.1. Valores a receber por idade de vencimento

A composição do contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
A vencer	6.072	2.448	6.072	2.448
Não Faturado	2.471	1.248	2.471	1.248
Vencidos	12.293	12.732	34.730	35.169
Até 30 dias	1.251	1.261	1.251	1.261
31 a 60 dias	2.363	1.076	2.363	1.076
61 a 90 dias	1.131	842	1.131	842
91 a 120 dias	1.592	5.584	1.592	5.584
121 a 150 dias	3.001	199	3.001	199
151 a 180 dias	1.261	257	1.261	257
Acima de 180 dias	1.694	3.513	24.131	25.950
Contas a Receber - Bruto	20.836	16.428	43.273	38.865
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(909)	(743)	(909)	(743)
Contas a Receber - Líquido	19.927	15.685	42.364	38.122

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía valores a receber de Entidades Governamentais representativas do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

6.2. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das perdas prováveis que possam ocorrer na cobrança dos créditos decorrentes do serviço de



comunicação e multimídia, bem como da receita de alugueis e locações, que compõem a atividade principal da Companhia. A base para sua constituição tem os seguintes parâmetros: (i) contas a receber vencidos a 150 dias ou mais e que possuam valor menor ou igual a R\$ 5.000,00 (Reais) e (ii) contas a receber vencidos a 330 dias ou mais e que possuam valor maior que R\$ 5.000,00 (Reais), desde que, cumpridas todas as cobranças administrativas.

A composição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa com o critério de constituição é apresentada a seguir:

Vencimentos:	Controladora	Consolidado
Faixa de 150 dias (i)	237	237
Faixa de 330 dias (ii)	672	672
Total	909	909

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia tinha reconhecido perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 909 (R\$ 743 em 31 de dezembro de 2015). A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa no trimestre findo em 30 de setembro de 2016 é apresentada no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2015	-	-
Adições	(743)	(743)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(743)	(743)
Adições	(631)	(631)
Reversão de Provisão	465	465
Saldo em 30 de setembro de 2016	(909)	(909)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	42.643	42.369	42.643	42.369
IR a Restituir/Compensar e Retenções (i)	143.376	133.093	144.695	134.403
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio – JSCP	22.543	22.557	22.543	22.557
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	6.511	5.376	6.511	5.376
PIS e COFINS	18.933	14.918	18.933	14.918
FUST	19	19	19	19
FUNTELL	24	24	24	24
INSS	13	13	13	13
Tributos Federais:	191.419	176.000	192.738	177.310
ICMS a Recuperar	48.971	17.313	48.971	17.313
Tributos Estaduais:	48.971	17.313	48.971	17.313
Total	240.390	193.313	241.709	194.623
Circulante	73.559	55.695	74.878	57.005
Não Circulante	166.831	137.618	166.831	137.618

i) inclui direitos creditícios cedidos à empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., no valor de R\$ 135.459 (R\$ 135.459 em 31 de dezembro de 2015), que constaram de Termo de Transações e Outras Avenças. Este crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº. 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº. 202/2011-A de 8 de abril de 2011 e estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2016		30/09/2015		30/09/2016		30/09/2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	(221.161)	(221.161)	(173.566)	(173.566)	(221.112)	(221.112)	(173.566)	(173.566)
Adições/(Exclusões) Permanentes:	(68.329)	(68.329)	(17.577)	(17.577)	(68.804)	(68.804)	(13.775)	(13.775)
Adições permanentes	6.847	6.847	741	741	6.372	6.372	741	741
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.921	5.921			5.446	5.446		
Outras Adições	926	926	741	741	926	926	741	741
Exclusões permanentes	(75.177)	(75.177)	(18.317)	(18.317)	(75.177)	(75.177)	(14.515)	(14.515)
Resultado de Equivalência Patrimonial			(18.256)	(18.256)			(14.454)	(14.454)
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(75.177)	(75.177)	7	7	(75.177)	(75.177)	7	7
Dividendos / JSCP Recebidos			(69)	(69)			(69)	(69)
Adições/(Exclusões) Temporárias:	8.651	8.651	26.317	26.317	8.651	8.651	26.317	26.317
Adições temporárias:	13.336	13.336	27.103	27.103	13.336	13.336	27.103	27.103
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	10.466	10.466	16.115	16.115	10.466	10.466	16.115	16.115
Provisão PISP	2.238	2.238	2.999	2.999	2.238	2.238	2.999	2.999
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	631	631			631	631		
Provisão - Eletronorte			7.333	7.333			7.333	7.333
Outras Adições			656	656			656	656
Exclusões temporárias:	(4.684)	(4.684)	(786)	(786)	(4.684)	(4.684)	(786)	(786)
Baixa de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.198)	(4.198)	(786)	(786)	(4.198)	(4.198)	(786)	(786)
Outras Exclusões	(486)	(486)			(486)	(486)		
Base de Cálculo Negativa	(280.839)	(280.839)	(164.826)	(164.826)	(281.265)	(281.265)	(161.024)	(161.024)
Tributos de Controlada:								
Imposto de Renda Corrente					36			
Contribuição Social s/ o Lucro Líquido - Corrente						13		
Total - Tributos Correntes					36	13		

8.1. Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 30 de setembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015:

	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	51.414	49.847	18.086	17.945
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	222		20	
Provisão PISP	22.119	21.559	7.810	7.760
Prejuízo fiscal/base negativa	122.981	122.981	44.273	44.273
Total	196.736	194.387	70.189	69.978



De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao Imposto de Renda e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IRPJ) e da base de cálculo positiva da Contribuição Social em cada período-base (CSLL).

9 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

Natureza	Controladora e Consolidado					
	30/09/2016			31/12/2015		
	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	4.296	29.937	34.232	3.461	28.184	31.645
Trabalhista	2.299	273	2.572	2.165	192	2.357
Tributária	35	1.265	1.301	34	1.180	1.214
Total	6.630	31.475	38.105	5.660	29.556	35.216
Circulante	4.588	29.880	34.468	5.400	28.137	33.537
Não Circulante	2.042	1.595	3.637	260	1.419	1.679

9.1 Movimentação dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.659
Adições Líquidas	6.839
Resgate - Provisões para Riscos Prováveis	(12)
Baixas – Despesas para Perdas Judiciais	(6.845)
Atualização – Encargos Financeiros	989
Saldo em 30 de setembro de 2016	6.630
Circulante	4.588
Não Circulante	2.042

9.2 Movimentação dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2015	29.557
Adições Líquidas	519
Baixas - Provisões para Contingências	(426)
Baixas – Despesas para Perdas Judiciais	(3)
Atualização – Encargos Financeiros	1.828
Saldo em 30 de setembro de 2016	31.475
Circulante	29.880
Não Circulante	1.595

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a TELEBRAS figura como ré ou autora.

10 OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

10.1 Valores a receber de Colaboradores cedidos

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e a outros Órgãos Governamentais. Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2016



e 2015, os valores a receber referente à cessão de Colaboradores da TELEBRAS as entidades governamentais estão apresentados no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	25.282	24.625
Órgãos Governamentais	6.364	6.710
Total	31.646	31.335
Circulante	11.529	10.717
Não Circulante	20.117	20.618

Os valores a receber de Colaboradores cedidos referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários. Também está incluso a provisão relativa ao Programa de Indenização de Serviços Prestados – PISP dos Colaboradores cedidos à ANATEL no valor de R\$ 16.954 (R\$ 20.618 em 31 dezembro de 2015).

10.2 Outros valores realizáveis

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado
Cauções e Retenções	414	1.749	6.017	8.058
Adiantamento a Empregados	1.899	1.080	1.899	1.080
Créditos com Fornecedores	3.060	3.055	3.060	3.055
Outros	3.468	8.577	2.896	2.893
Total	8.841	14.461	13.872	15.086
Circulante	8.249	8.777	13.853	15.086
Não Circulante	592	5.684	19	-

11 DIVIDENDOS A RECEBER

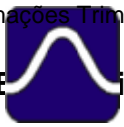
No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R\$ 5.456 (R\$ 10.362 em dezembro de 2015). No segundo trimestre de 2016, a coligada VISIONA, reverteu os dividendos declarados no final do exercício de 2015 no montante de R\$ 10.011 conforme deliberação dos acionistas e reconheceu uma Reserva Especial de Dividendos no mesmo valor da reversão no Patrimônio Líquido.

12 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	26.374	24.293
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	23.507	21.592
Aplicações em Títulos Mobiliários (Ações) (iii)	1.729	1.442
Total	51.610	47.327
Circulante	1.729	1.442
Não Circulante	49.881	45.885

(i) A TELEBRAS realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado (Nota Explicativa 21).

(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF de acordo com a Resolução nº. 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.



A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B (Nota Explicativa 23).

(iii) Representa investimentos em Títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia – Finam e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e são avaliados pelo valor justo com o reconhecimento da variação do valor justo no patrimônio líquido.

13 INVESTIMENTOS

13.1 Informações das investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e em coligadas, conforme segue:

TELEBRAS COPA S.A. (“TELEBRAS COPA” ou Controlada): sediada em Brasília, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços de telecomunicações à *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA e seus parceiros e conveniados.

O capital social subscrito é de R\$ 100 e foi integralizado em duas parcelas, sendo a primeira correspondente a 10% (R\$ 10) em 7 de fevereiro de 2013 e o restante 90% (R\$ 90) integralizado em 20 de junho de 2013.

A controlada funcionará por tempo determinado, desde a data de sua criação, em 7 de fevereiro de 2013, até a data do término dos eventos da Copa do Mundo de 2014. Ocorre que do ponto de vista da controlada os eventos ainda não terminaram, em virtude de possuir direitos a receber, discutidos administrativamente, portanto, o seu encerramento ainda não foi efetivado. As Atas da 1ª (primeira) Assembleia Geral Ordinária de Acionista (AGO) e da 1ª (primeira) Assembleia Geral Extraordinária de Acionista (AGE) de 31 de outubro de 2014, justamente pelo que aqui fica esclarecido, introduziram alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social, que trata da “Duração da Sociedade”. Uma vez encerrada, a Controlada será incorporada pela Companhia, o que deve acontecer em 2016 conforme comunicado ao mercado divulgado em 22 de março de 2016 (Nota Explicativa 1.2).

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. (“VISIONA” ou Coligada), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como (b) o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

A VISIONA foi contratada pela TELEBRAS para fornecer o sistema do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), nos termos do Decreto nº 7.769/12.

CABOS BRASIL EUROPA S.A. ("CABOS BRASIL" ou coligada), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, constituída em 13 de julho de 2015, por prazo indeterminado, com Capital Social Subscrito de R\$ 3.500, dividido em 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo que a Telebras é detentora de 35% do capital total, sendo que o restante 65% pertence à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

Em junho de 2016, o capital social da coligada foi aumentado para R\$ 7.100 (7.100.000 ações ordinárias), um acréscimo de R\$ 3.600, cabendo a Telebras um aporte de R\$1.260 correspondente a sua participação societária de 35% no capital social da coligada.

13.2 Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	74.207	84.475	45.438	55.231

13.3 Investimentos Avaliados por Equivalência Patrimonial

Investidas	Controladora						Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil		
						30/09/2016	31/12/2015	
Visiona Tecnologia Espacial S.A	10.000	90.576	49,00	49,00	4.900.000	44.382	54.311	
Telebras Copa S.A	100	28.769	100,00	100,00	1	28.769	29.244	
Cabos Brasil Europa S.A	7.100	3.018	35,00	35,00	1.225.000	1.056	920	
Total						74.207	84.475	

Investidas	Consolidado						Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil		
						30/09/2016	31/12/2015	
Visiona Tecnologia Espacial S.A	10.000	90.576	49	49	4.900.000	44.382	54.311	
Cabos Brasil Europa S.A	7.100	3.018	35	35	1.225.000	1.056	920	
Total						45.438	55.231	

13.4 Informações econômicas e financeiras resumidas

Investidas	30/09/2016			31/12/2015		Receita Líquida 30/09/2015
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	
Visiona Tecnologia Espacial S.A	133.897	43.321	53.991	233.096	122.258	59.100
Telebras Copa S.A	29.361	590	-	34.928	5.684	-
Cabos Brasil Europa S.A	3.149	131	-	2.903	525	-



13.5 Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
Visiona Tecnologia Espacial S.A	(8.821)	(4.322)	29.496	14.454
Telebras Copa S.A	(475)	(475)	3.802	3.802
Cabos Brasil Europa S.A	(2.961)	(1.124)	-	-
Total	(12.257)	(5.921)	33.298	18.256

13.6 Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Telebras Copa S.A	Cabos Brasil Europa S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	54.311	29.244	920	84.475
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	(4.322)	(475)	(1.037)	(5.834)
Resultado de Equivalência Patrimonial do Exercício Anterior			(87)	(87)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(10.512)			(10.512)
Reversão de Dividendos Declarados para Reserva de Lucros	4.905			4.905
Integralização de Capital Social			1.260	1.260
Saldo em 30 de setembro de 2016	44.382	28.769	1.056	74.207

Investidas	Consolidado		
	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Cabos Brasil Europa S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	54.311	920	55.231
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	(4.322)	(1.037)	(5.359)
Resultado de Equivalência Patrimonial do Exercício Anterior		(87)	(87)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(10.512)		(10.512)
Reversão de Dividendos Declarados para Reserva de Lucros	4.905		4.905
Integralização de Capital Social		1.260	1.260
Saldo em 30 de setembro de 2016	44.382	1.056	45.438

13.7 Informações contábeis das controladas e coligadas

13.7.1 Visiona Tecnológica Espacial S.A

Balanco Patrimonial	30/09/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	63.538	93.042
Não Circulante	71.037	140.054
Realizável a Longo Prazo	17.857	10.272
Investimento	48.615	124.601
Imobilizado	4.038	4.330
Intangível	527	851
Total	134.575	233.096
Passivo		
Circulante	43.322	122.258
Não Circulante	678	-
Patrimônio Líquido	90.575	110.838
Total	134.575	233.096

Demonstração do Resultado do Período	30/09/2016	30/09/2015
Receita Líquida	53.991	59.100
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(53.508)	(50.241)
Lucro Bruto	483	8.859
Receitas/(Despesas) Operacionais	(17.215)	(12.180)
Equivalência Patrimonial	6.819	34.123
Resultado antes do Resultado Financeiro	(9.913)	30.802
Resultado Financeiro	(5.710)	3.716
Resultado antes dos Tributos	(15.623)	34.518
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.802	(5.022)
Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	(8.821)	29.496

13.7.2 Telebras Copa S.A

Balanco Patrimonial	30/09/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	29.361	34.928
Total	29.361	34.928
Passivo		
Circulante	18	-
Não Circulante	574	5.684
Patrimônio Líquido	28.769	29.244
Total	29.361	34.928

Demonstração do Resultado do Período	30/09/2016	30/09/2015
Receitas/(Despesas) Operacionais	(593)	(13)
Resultado antes do Resultado Financeiro	(593)	-
Resultado Financeiro	168	3.815
Resultado antes dos Tributos	(425)	3.815
Imposto de Renda e Contribuição Social	(50)	-
Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	(475)	3.802

13.7.3 Cabos Brasil Europa S.A

Balanco Patrimonial	30/09/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	952	2.126
Não Circulante	2.197	777
Investimento	2.128	733
Imobilizado	69	44
Total	3.149	2.903
Passivo		
Circulante	131	525
Patrimônio Líquido	3.018	2.378
Total	3.149	2.903

Demonstração do Resultado do Período	30/09/2016
Receitas/(Despesas) Operacionais	(3.053)
Resultado antes do Resultado Financeiro	(3.053)
Resultado Financeiro	92
Prejuízo do Período	(2.961)



14 IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que valor contábil dos bens estiverem superiores aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 30 de setembro de 2016 era de R\$ 2.182.081 (R\$ 1.850.122 em 31 de dezembro de 2015).

Até o final do terceiro trimestre de 2016, a Companhia capitalizou juros sobre ativos qualificáveis no montante de R\$ 117.227 líquido dos rendimentos de aplicações financeiras.

Até o trimestre findo em 30 de setembro de 2016, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos.

	Controladora e Consolidado							
	Bens e Instalações em Serviço						Imobilizado em Andamento	Total
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equipamentos de Tecnologia de Informação	Equipamentos de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos		
Custo de Aquisição								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	92.365	3.713	66.299	8.379	192.696	4.184	1.609.319	1.976.955
Aquisições							388.428	388.428
Baixas					(18)			(18)
Saldo em 30 de setembro de 2016	92.365	3.713	66.299	8.379	192.678	4.184	1.997.747	2.365.365
Depreciação Acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(30.237)	(1.726)	(15.498)	(4.686)	(72.606)	(2.080)		(126.833)
Depreciação e Amortização	(11.339)	(278)	(5.805)	(1.185)	(27.225)	(628)		(46.460)
Baixas					9			9
Saldo em 30 de setembro de 2016	(41.576)	(2.004)	(21.303)	(5.871)	(99.822)	(2.708)		(173.284)
Valor Contábil em 30 de setembro de 2016	50.789	1.709	44.996	2.508	92.856	1.476	1.997.747	2.192.081
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2015	62.128	1.987	50.801	3.693	120.090	2.104	1.609.319	1.850.122
Taxa Anual de Depreciação	16,40%	10,00%	De 5,0% a 20,0%	20,00%	De 10,0% a 20,0%	20,00%		

15 INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, deduzidas das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houve indicação de o valor contábil dos bens intangíveis estiverem superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 30 de setembro de 2016 era de R\$ 19.272 (R\$ 20.323 em 31 de dezembro de 2015).

Até o trimestre findo em 30 de setembro de 2016, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos.

	Controladora e Consolidado			
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	Total
Custo de Aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	17.355	3.946	6.877	28.178
Aquisições	890			890
Saldo em 30 de setembro de 2016	18.245	3.946	6.877	29.068
Depreciação Acumulada				

	Controladora e Consolidado			
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.855)			(7.855)
Depreciação e Amortização	(1.940)			(1.940)
Saldo em 30 de setembro de 2016	(9.795)			(9.795)
Valor Contábil em 30 de setembro de 2016	8.450	3.946	6.877	19.273
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2015	9.500	3.946	6.877	20.323
Taxa de Amortização	20,0%			

Na rubrica "Direitos sobre Autorizações" está registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geostacionária.

16 PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesse grupamento, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive, as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 25).

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Salários e Honorários a Pagar	1.399	60
Encargos Sociais a Pagar	12.090	8.057
Benefícios Sociais a Pagar	953	38
Mão-de-Obra Temporária	85	93
Total	14.527	8.248
Circulante	14.527	8.248

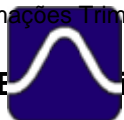
17 PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

A Companhia desde 2013, quando da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), a Companhia mantém provisão para quitação das obrigações do Programa, no montante de R\$ 49.060 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 47.786 em 31 de dezembro de 2015). A movimentação do PISP no período está apresentada no quadro a seguir:

	30/09/2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015	47.786
Atualização da Provisão - Reconhecida no Resultado	2.238
Atualização da Provisão - Reconhecida no Ativo	1.248
Baixas por Pagamento no Período	(2.212)
Saldo em 30 de setembro de 2016	49.060

18 FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Fornecedores de Operação	9.574	13.319
Fornecedores de Expansão	32.482	265.151
Total	42.056	278.470
Circulante	42.056	278.470



A redução em fornecedores de expansão no período comparado ocorreu em função dos pagamentos realizados a coligada VISIONA por serviços prestados no projeto SGDC.

19 TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
IRPJ			3	
CSLL			15	
COFINS	307	239	307	239
PIS	64	52	64	52
FUST	42	44	42	44
FUNTEL	21	23	21	23
Taxas Federais	1.903	2.130	1.903	2.130
Tributos Federais - Parcelamento	434	434	434	434
Tributos Federais	2.771	2.922	2.789	2.922
ICMS	4.843	5.243	4.843	5.243
Tributos Estaduais	4.843	5.243	4.843	5.243
ISS	(20)	9	(20)	9
Tributos Municipais	(20)	9	(20)	9
Total	7.594	8.174	7.612	8.174
Circulante	7.160	7.740	7.178	7.740
Não Circulante	434	434	434	434

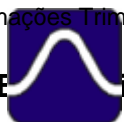
20 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTA, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, e outros assuntos. Desta forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

20.1 Provisão para riscos prováveis

20.1.1 Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais

Natureza	30/09/2016			31/12/2015		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Cível	32.906	4.296	28.610	98.061	3.461	94.600
Trabalhista	8.607	2.299	6.308	7.879	2.165	5.714
Tributária	972	35	937	2.808	34	2.774
Total	42.485	6.630	35.855	108.748	5.660	103.088
Circulante	17.089	4.588	12.501	14.140	5.400	8.740
Não Circulante	25.396	2.042	23.354	94.608	260	94.348



20.1.2 Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza das Ações:	Controladora e Consolidado			
	30/09/2016		30/09/2016	31/12/2015
	Provisões	Depósitos	Líquido	
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
Cíveis				
Illegalidade na Venda de Ações (fraude)	3.476	3.388	88	567
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	20.983	-	20.983	87.593
Diferença de Ações - Conversão de Debêntures	1.734	-	1.734	1.508
Outros Processos	6.713	908	5.805	4.932
Total	32.906	4.296	28.610	94.600
Trabalhistas				
Ganhos de Produtividade	2.264	26	2.238	2.042
Readmissão de Pessoal	1.907	1.742	165	132
Expurgos Inflacionários Multa de 40% - FGTS	113	74	39	34
Responsabilidade Subsidiária	1.496	247	1.249	1.137
Outros Processos	2.827	210	2.616	2.369
Total	8.607	2.299	6.308	5.714
Tributárias				
Outros Processos	972	35	937	2.774
Total	972	35	937	2.774
TOTAL GERAL	42.485	6.630	35.855	103.088
Circulante	17.089	4.588	12.501	8.740
Não Circulante	25.396	2.042	23.354	94.348

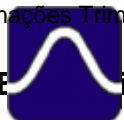
20.1.3 Movimentação das provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2015	108.748
Adições Líquidas	57
Transferência por Acordo Judicial - FUNCEF	(66.080)
Reversão de Provisões	(3.805)
Pagamentos	(6.845)
Atualizações – Encargos Financeiros	10.410
Saldo em 30 de setembro de 2016	42.485
Circulante	17.089
Não Circulante	25.396

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

20.2 Provisão para riscos possíveis (Passivos Contingentes)

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os



passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 30 de setembro de 2016, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Valor	
	30/09/2016	31/12/2015
Cível	31.667	28.049
Trabalhista	3.195	2.800
Tributária	23.460	22.068
Total	58.322	52.917

20.2.1 Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes) de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza das Ações:	Valor	
	30/09/2016	31/12/2015
Cíveis		
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	8.346	7.205
Ilegalidade na Venda de Ações	3.380	3.162
Execução Fiscal	18.286	15.899
Outros Processos	1.655	1.783
Total	31.667	28.049
Trabalhistas		
Reconhecimento de Direito sobre o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	0	77
Responsabilidade Subsidiária	842	589
Progressão Salarial	241	265
Outros Processos	2.112	1.869
Total	3.195	2.800
Tributárias		
Isenção de Imposto de Importação e IPI	21.074	20.815
Pagamento de Diferença Referente à Taxa Referencial do Exercício de 1996	1.061	1.225
Diversas Origens	1.325	28
Total	23.460	22.068
Total Geral	58.322	52.917

21 CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

A Companhia tem passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação destas dívidas. No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado
Valores a Pagar (VT UM Produções e Empreendimento Ltda)	135.549	135.549
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	147.387	145.666
Acordo Judicial FUNCEF	59.798	
Total	342.734	281.215
Circulante	12.434	4.250
Não Circulante	330.300	276.965

21.1 Movimentação no Período

Saldo em 31 de dezembro de 2015	281.215
Adição – Acordo de Dívida FUNCEF	66.080
Juros e Variação Monetária	20.000
Amortização do Principal	(7.685)
Pagamento de Juros	(16.876)
Saldo em 30 de setembro de 2016	342.734

21.2 Cronograma de Pagamento

	PREVI	FUNCEF	Total
2017	12.108	326	12.434
2018	10.165	4.102	14.267
2019	10.165	4.102	14.267
2020	10.165	4.102	14.267
2021 em diante	104.784	47.166	151.950
Total	147.387	59.798	207.185

O cronograma de pagamento não inclui o acordo com a VTUM Produções e Empreendimento Ltda. em função do saldo de R\$ 135.549 está suportado pela cessão de créditos tributários (Nota Explicativa 7).

21.3 Descrição Resumida dos Termos dos Acordados

21.3.1 VT UM Produções e Empreendimento Ltda

Em 14/04/1994, a VT UM Produções e Empreendimentos Ltda (“VT UM”) celebrou contrato com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- Embratel, com a interveniência da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, tendo por objeto a prestação de serviços denominados “TV Interativa”, “Globo Economia” e “Globofax”.

Divergências comerciais e financeiras, contudo, fizeram com que a Embratel decidisse pela rescisão unilateral do contrato, o que levou a VT UM a ajuizar, em 19 de maio de 1998, ação de indenização em desfavor da Embratel e da Telebras, objetivando o ressarcimento de prejuízos e a indenização dos chamados lucros cessantes.

Após diversas decisões desfavoráveis, inclusive, e em especial, por decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que recursos interpostos pela Telebras foram improvidos, encerrando a discussão de matéria de direito, a Telebras se viu compelida, por força de Mandado de Citação, Penhora e Avaliação, expedido em 30 de maio de 2006, pela Juíza de Direito Substituta da Décima Primeira Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, a pagar à VT UM, em 24 horas, a importância de R\$ 506.206, equivalente a 50% do valor arbitrado na sentença transitada em julgado.



Assim, a TELEBRÁS, não possuindo recursos suficientes para quitar a execução, e nem bens para oferecer à penhora, buscou dentro da realidade processual e da legalidade, um acordo em cumprimento da decisão judicial.

Após as negociações, a empresa firmou Termo de Transação e Outras Avenças com a VT UM, para quitação do débito que englobava o valor da indenização e honorários advocatícios de sucumbência, nas seguintes condições (fato relevante publicado em 14 de junho de 2006 na Gazeta Mercantil):

(i) Pagamento em moeda corrente no valor de R\$ 95.500 que foi liquidado por meio de uma entrada de R\$ 59.500 e 40 notas promissórias no valor de R\$ 900, devidamente atualizadas pela Selic entre a data de emissão e a data do efetivo desembolso financeiro pela Telebras. Todas as notas promissórias foram tempestivamente quitadas entre 30 de junho de 2006 a 30 de outubro de 2009 e possui termo de quitação fornecido pela VT UM

(ii) Cessão à VT UM, da integridade dos seus direitos creditícios relativo a uma ação judicial movida pela TELEBRÁS contra a Telecomunicações de São Paulo S.A. (ajuizada em 30 de setembro de 2005 e em curso na 31ª Vara Cível de São Paulo), requerendo o pagamento do valor aproximado de R\$ 50.543, relativo à cobrança de taxa de aval. Este processo encontra-se suspenso por força da decisão nº 202/2011-A de 8 de abril de 2011, proferida na ACP nº 0021032-95.2011.4.01.3400 em trâmite perante a 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da ação civil pública.

(iii) Cessão à VT UM, da integridade dos seus direitos creditícios de natureza tributária relativos a saldos de processos de pedidos de restituição/compensação e outros processos administrativos, dos quais 93% ainda não haviam sido homologados, conforme consignados nas Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, no valor aproximado de R\$ 107.900.

Em 30 de setembro de 2016, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação estava reconhecido balanço patrimonial de Telebras no montante de R\$ 135.549 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2015), Estes direitos somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08 de abril de 2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.

21.3.2 Acordo Judicial PREVI

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de principal reconhecido em novembro de 2013 no montante de R\$ 141.416 com carência de 24 meses será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.



O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais e seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras a efetuar a distribuição dos dividendos como base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

21.3.3 Acordo Judicial FUNCEF

Em 2 de maio de 2016, a TELEBRAS finalizou acordo e protocolou perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre TELEBRAS e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a TELEBRAS a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos devidos a Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação é de R\$ 72.688 atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080 de principal e R\$ 6.608 de honorários sucumbenciais com data prevista para pagamento em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo prever entrada de 10% em 90 dias após o protocolo da petição e o saldo remanescente, observado o período de carência de 24 meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros, será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas. A dívida é atualizada pela variação do INPC mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prever, que em caso de atraso do sinal e das parcelas semestrais incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, incorridos no período, e de multa de 2% sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescido de 10% prevista no art. 523, do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

22 RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 1.886.032 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 1.320.458 em 31 de dezembro de 2015), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, conforme sua orientação.

A Telebrás, no momento, aguarda publicação de Decreto Presidencial autorizando a incorporação do AFAC ao seu Capital Social, conforme Processo nº 10951.000671/2015-70, inclusive, através do Ofício CT nº 12/2016/2100/1000 de 25 de janeiro de 2016, a Telebrás encaminhou ao Ministério das Comunicações as últimas informações solicitadas.

O quadro a seguir apresenta a composição do saldo dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC em 30 de setembro de 2016 e a sua respectiva destinação.

Eventos	Satélite - Projeto SGDC	Prog. Nacional de Banda Larga - PNBL	Constituição Telebras Copa S/A	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	AFAC antes da Reativação da Telebras S.A	Total
AFAC Recebidos	1.244.932	416.420	101.962	5.000	7.757	1.776.071
Valor Incorporado ao Capital da Telebras S.A		(300.000)				(300.000)
Correção Monetária	238.307	114.822	48.734	447	7.651	409.961
Total	1.483.239	231.242	150.696	5.447	15.408	1.886.032



23 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Principal	240.380	240.380
Atualização Monetária	7.350	3.496
Juros	611	622
Total	248.341	244.498
Circulante	3.526	622
Não Circulante	244.815	243.876

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no trimestre findo em 30 de setembro de 2016 é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	244.498
Atualização Monetária	3.854
Juros Incorridos no Período	5.544
Juros Pagos	(5.555)
Saldo em 30 de setembro de 2016	248.341

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos no trimestre findo em 30 de setembro de 2016 é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado
2016	611
2017	2.914
2018	34.974
2019	34.974
2020	34.974
2021 em diante	139.894
Total	248.341

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente, centralizadora mantida junto ao Interveniente Arrecadador, Banco do



Brasil S.A., ainda mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houve: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantidas estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Financiada das obrigações assumidas.

24 RECEITA RECEBIDA ANTECIPADAMENTE

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia tinha registrado o montante de R\$ 489.360 (R\$ 390.600 em 31 de dezembro de 2015) que foram repassados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC), conforme respectivo Contrato.

25 OUTRAS OBRIGAÇÕES

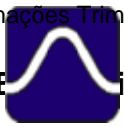
	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Cauções a Devolver	1	1
Retenções Passivas não Tributárias	119	76
Retenções Passivas Tributárias	6.109	7.074
Outras Obrigações	16.691	16.152
Total	22.920	23.303
Circulante	7.442	8.311
Não Circulante	15.478	14.992

26 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2016, no valor R\$ 263.145 (R\$ 263.145 em 31 de dezembro de 2015), composto de 11.844.270 (118.442.718 em 31 de dezembro de 2015 antes do grupamento de ações) unidade de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado
Capital total em ações		
Ordinárias	9.743.971	9.743.971
Preferenciais	2.100.299	2.100.299
Total (A)	11.844.270	11.844.270
Ações em tesouraria		
Ordinárias	193	193
Total (B)	193	193
Ações em circulação		
Ordinárias	9.743.777	9.743.777
Preferenciais	2.100.299	2.100.299
Total (A-B)	11.844.076	11.844.076
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	(450.158)	(218.760)
Valor Patrimonial por ação em circulação (R\$ 1,00)	(38,0070)	(18,4700)



A Companhia está reapresentando o valor patrimonial por ação de 31 de dezembro de 2015 com objetivo de manter a comparabilidade dos valores devido ao grupamento de ações.

26.1.1 Grupamento de ações

A Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Telebras realizada em 3 de março de 2016 aprovou o grupamento de 118.442.718 ações nominativas escriturais, das quais 97.439.719 ordinárias e 21.002.999 preferenciais, representativas do capital social, na proporção de dez ações para uma. Isso resultou em 11.844.270 ações nominativas escriturais, sendo 9.743.971 ações ordinárias e 2.100.299 ações preferenciais, nos termos no artigo 12, da Lei 6.404/76.

A medida visou elevar os preços das ações e atender a uma exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de manter os papéis em negociação na BM&Fvespa com valores acima de R\$ 1,00 a unidade, em 30 pregões consecutivos.

A aprovação pelo Conselho de Administração da Telebras ocorreu em 2 dezembro de 2015.

26.2 Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, a ação preferencial não tem direito a voto, exceto na situação prevista em lei, sendo a ela assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

26.3 Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia tem reconhecido nesta rubrica o ganho da avaliação a valor justo dos instrumentos financeiros de ativos financeiros disponíveis para venda, que é representado por investimento em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam. No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia registrou ganho decorrente da variação do valor justo destes investimentos de R\$ 277. O resultado acumulado destes investimentos até 30 de setembro de 2016 registra uma perda de R\$ 426 (R\$ 701 em 31 de dezembro de 2015).

Outro evento que a Companhia tem reconhecido nesta rubrica é o resultado da equivalência patrimonial sobre o resultado abrangente da coligada VISIONA, cujo resultado registrado até 30 de setembro de 2016 é um ganho de R\$ 7.133 (R\$ 17.645 em 31 de dezembro de 2015).

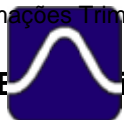
26.4 Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRAS, ocorrida em 22 de maio de 1998.

26.5 Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico



O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(68.794)	(53.332)	(221.161)	(173.566)
Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação				
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(56.601)	(43.879)	(181.961)	(142.802)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(12.193)	(9.453)	(39.200)	(30.764)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	9.743	9.743	9.743	9.743
Ações preferenciais – básicas e diluídas	2.100	2.100	2.100	2.100
Prejuízo por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(5,80883)	(4,50325)	(18,67441)	(14,65558)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(5,80883)	(4,50325)	(18,67441)	(14,65558)

A Companhia está reapresentando o valor do prejuízo por ação básico e diluído referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015 com objetivo de manter a comparabilidade dos valores devido ao grupamento de ações.

27 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Serviço de Comunicação e Multimídia	18.390	17.016	51.673	39.130
Aluguéis e Locações (i)	1.759	4.231	5.239	6.016
Receita Operacional Bruta	20.149	21.247	56.912	45.146
Tributos sobre Receita	(5.806)	(5.597)	(16.442)	(12.451)
Descontos Concedidos	(1.089)	(132)	(1.394)	(157)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(6.895)	(5.729)	(17.836)	(12.608)
Receita Operacional Líquida	13.254	15.518	39.076	32.538

i) A receita de aluguéis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos e locação de roteadores.

Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal) que contribuíram com mais de 10% da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita líquida integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

28 DESPESAS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	(17.101)	(12.735)	(17.101)	(12.735)
Serviços de Terceiros	(16.166)	(14.946)	(16.166)	(14.958)
Depreciação e Amortização	(16.118)	(16.141)	(16.118)	(16.141)
Aluguel/Arrendamento/Seguros	(13.932)	(13.369)	(13.932)	(13.369)
Tributos	(306)	(217)	(306)	(218)
Material	(58)	(38)	(58)	(38)
Perdas Estimadas com Contas a Receber	74	-	74	-
Total	(63.607)	(57.446)	(63.607)	(57.459)
Classificado como:				
Custo dos Serviços Prestados	(42.933)	(40.639)	(42.933)	(40.639)
Comercialização dos Serviços	(5.346)	(4.111)	(5.346)	(4.111)
Despesas Gerais e Administrativas	(15.328)	(12.696)	(15.328)	(12.709)

	Período de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	(51.733)	(38.076)	(51.733)	(38.076)
Serviços de Terceiros	(48.824)	(43.769)	(48.824)	(43.782)
Depreciação e Amortização	(48.391)	(48.415)	(48.391)	(48.415)
Aluguel/Arrendamento/Seguros	(42.902)	(36.146)	(42.902)	(36.145)
Tributos	(1.331)	(800)	(1.331)	(801)
Perdas Estimadas com Contas a Receber	(166)	-	(166)	-
Material	(96)	(140)	(96)	(140)
Total	(193.443)	(167.346)	(193.443)	(167.359)
Classificado como:				
Custo dos Serviços Prestados	(129.265)	(116.608)	(129.265)	(116.608)
Comercialização dos Serviços	(16.232)	(10.498)	(16.232)	(10.498)
Despesas Gerais e Administrativas	(47.946)	(40.240)	(47.946)	(40.253)

29 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Outras Receitas Operacionais				
Receitas Gerais e Administrativas	6		6	
Reversão de Prov. sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	2.133	39	2.133	39
Multas sobre Ativos	49		49	
Reversão de Perdas Estimadas sobre Ativos	15	3	15	3
Total	2.203	42	2.203	42
Outras Despesas Operacionais				
Pessoal	(118)	(126)	(118)	(126)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(13)		(13)	
Patrocínios	(437)	(116)	(437)	(116)
Tributos	(3)	(5)	(3)	(5)
Multas - Fornecedores	(124)		(124)	
Multas sobre Tributos	130	(20)	130	(20)
Perdas Estimadas sobre Ativo	(1)	(339)	(1)	(339)
Total	(566)	(606)	(566)	(606)
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquidas	1.637	(564)	1.637	(564)



	Período de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Outras Receitas Operacionais				
Receitas Gerais e Administrativas	13	32	13	32
Reversão de Provisão sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	4.198	787	4.198	787
Multas sobre Ativos	55		55	
Reversão de Perdas Estimadas sobre Ativos	15	11	15	11
Total	4.281	830	4.281	830
Outras Despesas Operacionais				
Pessoal	(507)	(199)	(507)	(199)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(57)	(2.962)	(57)	(2.962)
Patrocínios	(922)	(629)	(922)	(629)
Tributos	(23)	(64)	(23)	(64)
Multas - Pessoal Contratado		(29)		(29)
Multas - Fornecedores	(144)	(7)	(144)	(7)
Multas sobre Tributos	(3.165)	(75)	(3.165)	(75)
Multas sobre Cauções			(594)	
Perdas Estimadas sobre Ativo	(4)	(656)	(4)	(656)
Outras Despesas Operacionais		(61)		(61)
Total	(4.822)	(4.682)	(5.416)	(4.682)
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquidas	(541)	(3.852)	(1.135)	(3.852)

30 RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receitas Financeiras				
Juros sobre Disponibilidades - Aplicações Financeiras	1.911	2.182	1.911	2.330
Juros sobre Contas a Receber	230	64	230	64
Juros sobre Depósitos Judiciais	1.472	782	1.472	782
Juros sobre Capital Próprio	21		21	
Tributos sobre Receitas Financeiras	(310)		(310)	
Subtotal	3.324	3.028	3.324	3.176
Despesas Financeiras				
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(13.529)	(15.825)	(13.529)	(15.825)
Juros sobre Tributos	49	(1)	49	(1)
Juros sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(911)	(3.896)	(911)	(3.896)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos		2.462		2.462
Varição Monetária sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(574)	(1.791)	(574)	(1.791)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1)		(1)	
Encargos Financeiros sobre Empréstimos e Financiamentos		973		973
Juros e Varição Monetária de Acordos Judiciais	(5.417)	(2.544)	(5.417)	(2.544)
Subtotal	(20.383)	(20.622)	(20.383)	(20.622)
Varição Cambial, Líquida		(4)		(4)
Resultado Financeiro	(17.059)	(17.598)	(17.059)	(17.450)

	Período de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receitas Financeiras				
Juros sobre Disponibilidades - Aplicações Financeiras	6.907	5.533	7.053	9.348
Juros sobre Contas a Receber	446	212	445	212
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.819	2.519	2.819	2.519



	Período de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Juros sobre Adiantamentos, Cauções e Retenções	53		76	
Juros sobre Capital Próprio	21	36	21	36
Tributos sobre Receitas Financeiras	(1.040)		(1.040)	
Subtotal	9.206	8.300	9.374	12.115
Despesas Financeiras				
Juros sobre Obrigações com Pessoal		(4)		(4)
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(37.947)	(30.432)	(37.947)	(30.432)
Juros sobre Tributos	(913)	(30)	(913)	(30)
Juros sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(5.462)	(7.565)	(5.462)	(7.565)
Variação Monetária sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.948)	(6.261)	(4.948)	(6.261)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(267)		(267)	
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(20.000)	(17.224)	(20.000)	(17.224)
Subtotal	(69.537)	(61.516)	(69.537)	(61.516)
Variação Cambial, Líquida	(1)	54	(1)	54
Resultado Financeiro	(60.332)	(53.162)	(60.164)	(49.347)

31 PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

31.1 Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

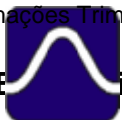
Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS-A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro 2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

1. PBS – A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000.



O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras.

2. PBS – TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

Em 30 de setembro de 2016, o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes.

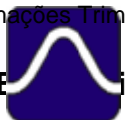
PBS - TELEBRAS e PBS – A

	PBS - TELEBRAS		PBS-A	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Provisões Matemáticas e Fundos	351.870	327.397	9.062.612	8.623.302
Outros Exigíveis	10.607	9.616	469.484	403.036
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	362.477	337.013	9.532.096	9.026.338
(-) Total dos Ativos do Plano	409.348	379.125	11.291.151	10.397.226
(=) Superávit Acumulado	46.871	42.112	1.759.055	1.370.888

3. PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.



	30/09/2016	31/12/2015
Provisões Matemáticas e Fundos	3.244.587	3.247.905
Outros Exigíveis	65.809	62.630
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	3.310.396	3.310.535
(-) Total dos Ativos do Plano	3.621.919	3.393.760
(=) Superávit Acumulado	311.523	83.225

4. TELEBRAS PREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, para benefícios programáveis (aposentadorias) e benefícios definidos de riscos (auxílio-doença, invalidez e pensão por morte), sendo composto por participantes que estavam no plano PBS-TELEBRAS.

É custeado pelos participantes e pela TELEBRAS, está no limite de até 8% (oito por cento) dos salários de participação dos integrantes do Plano.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o plano apresentava as seguintes posições contábeis:

	30/09/2016	31/12/2015
Provisões Matemáticas e Fundos	679.098	631.099
Outros Exigíveis	7.766	7.318
Total das Provisões/Fundos e Outros Exigíveis	686.864	638.417
(-) Total dos Ativos do Plano	761.728	700.988
(=) Superávit Acumulado	74.864	62.571

31.2 Contribuições do patrocinador

No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia realizou as seguintes contribuições para os planos:

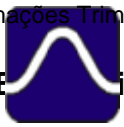
	Planos	
	PBS TELEBRAS	TELEBRAS PREV
Contribuições:		
Contribuição Empresa		1.070
Contribuição Assistencial	31	
Taxa Administrativa		110
Total	31	1.180

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 23 - Planos de Benefícios Pós-Emprego das Demonstrações Contábeis da Companhia divulgadas para 31 de dezembro de 2015.

32 PARTES RELACIONADAS

32.1 Controlador final

A Companhia é controlada pela União Federal.



32.2 Pessoal chave da Administração

A Companhia e sua controlada não possuem transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Remunerações	1.149	932	3.285	2304
Benefícios de Curto Prazo	211	163	528	402
Total	1.360	1.095	3.813	2.706

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatutários, mas não concede aos conselheiros.

32.3 Transações com partes relacionadas

32.3.1 Controladora

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/09/2015
Balanco Patrimonial							
Valores a Receber							
a) Contas a Receber de Serviços							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios	285	198				
	Demais Entidades (i)	3.800	1.276				
b) Pagamento de Despesas	TELEBRAS COPA	573	5.684				
c) Dividendos a Receber	VISIONA	5.456	10.362				
Imobilizado							
d) Capitalização Encargos de AFC	União Federal	110.206	71.535				
e) Capitalização Encargos de Empréstimos	FINEP	7.021	9.342				
Contas a Pagar							
f) Prestação de Serviços	VISIONA				241.255		
g) Empréstimos	FINEP			248.341	244.498		
h) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal	1.886.032	1.320.458				
Demonstração de Resultado							
i) Receitas de Serviços - SCM							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios					1.755	1.147
	Demais Entidades					7.663	8.134
j) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					(37.947)	(30.432)

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas as Forças Armadas, secretarias vinculadas a União Federal; e outros.

a) Representa valores a receber da prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) de entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado;



- b) Representa pagamento de despesas operacionais da controlada, que serão reembolsadas através de encontro de contas;
- c) Trata-se de dividendos a receber de participação societária na coligada;
- d) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;
- e) Representa os encargos capitalizados dos recursos de empréstimos e financiamento captados junto a FINEP, conforme item (g) abaixo.
- f) Trata-se de saldo a pagar decorrente dos serviços prestados pela coligada VISIONA referente ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;
- g) Refere-se a captação de empréstimo realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).
- Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.
- Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.
- O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.
- h) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia;
- i) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet) de entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado; e
- j) Refere-se a despesas financeiras sobre as partes dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

32.3.2 Consolidado

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/09/2015
Balanco Patrimonial							
Valores a Receber							
a) Contas a Receber de Serviços							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios	22.632	22.545				
	Demais Entidades	3.800	1.276				
b) Dividendos a Receber	VISIONA	5.456	10.362				



	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/09/2015
Imobilizado							
c) Capitalização Encargos de AFC	União Federal	110.206	71.535				
d) Capitalização Encargos de Empréstimos	FINEP	7.021	9.342				
Contas a Pagar							
e) Prestação de Serviços	VISIONA				241.255		
f) Empréstimos	FINEP			248.341	244.498		
g) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal	1.886.032	1.320.458				
Demonstração de Resultado							
h) Receitas de Serviços - SCM							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios					1.755	1.147
	Demais Entidades					7.663	8.134
i) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					(37.947)	(30.432)

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas as Forças Armadas, secretarias vinculadas a União Federal; e outros.

a) Representa valores a receber da prestação do serviço de comunicação multimídia (Internet) de entidades governamentais, além do saldo a receber do contrato celebrado entre a TELEBRAS COPA e o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, referente a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia no montante de R\$ 22.437. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

b) Trata-se de dividendos a receber de participação societária na coligada;

c) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;

d) Representa os encargos capitalizados dos recursos de empréstimos e financiamento captados junto a FINEP, conforme item (f) abaixo.

e) Trata-se de saldo a pagar decorrente dos serviços prestados pela coligada VISIONA referente ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;

f) Refere-se a captação de empréstimo realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o



principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

g) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia;

h) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet) de entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado; e

i) Refere-se a despesas financeiras sobre as partes dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

33 OUTRAS INFORMAÇÕES

33.1 Composição do Quadro de Pessoal da TELEBRAS incluindo empregados cedidos e requisitados

Em 30 de setembro de 2016, o quadro de pessoal da Telebras era composto conforme segue:

Empregados	Quantidade	
	30/09/2016	30/09/2015
Efetivos	271	213
"Ad Nutum" (Livre Nomeação e Exoneração)	58	82
Requisitados	2	2
Cedidos	64	70
Total	395	367

33.2 Remuneração de dirigentes e empregados

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRAS, em rigorosa observância ao que determina o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

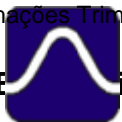
No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês de setembro, foram de R\$ 23.863,90 e R\$ 2.212,27 (Reais) respectivamente (R\$ 24.975,69 e R\$ 2.012,43 (Reais) em dezembro de 2015, respectivamente). O salário médio foi de R\$ 10.074,20 (Reais) (R\$ 13.493,56 (Reais) em dezembro de 2015).

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de setembro de 2016, foi de R\$ 38.748,78 (Reais) (R\$ 38.748,78 (Reais) em dezembro de 2015).

34 EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Autorização para aumento de capital

Em 19 de outubro de 2016, a Telebras foi autorizada através de Decreto de 19 de outubro de 2016 a efetuar aumento do seu capital social com emissão de novas ações, mediante créditos da União derivados de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) efetuados nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, no montante de R\$ 846.727, além do saldo residual de capitalizações anteriores no montante de R\$ 7.757, acrescidos de valores relativos a atualização monetária, calculadas com base na taxa SELIC.



34.2 Abertura de crédito suplementar

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão através portaria nº 317 de 27 de outubro de 2016 e publicada no Diário Oficial em 28 de outubro de 2016, liberou crédito suplementar para o pagamento do desenvolvimento e lançamento do satélite geoestacionário de defesa e comunicação estratégica (SGDC) brasileiro no valor de R\$ 291.108.

Brasília DF, 7 de novembro de 2016

ANTONIO KLINGER LOSS LEITE
DIRETOR PRESIDENTE

JARBAS JOSÉ VALENTE
Diretoria Técnico-
Operacional

**ALEX SANDRO NUNES DE
MAGALHÃES**
Diretoria Comercial

PAULO FERREIRA
Diretoria Administrativo-
Financeira e de Relações com
Investidores

MAURY CAETANO DE OLIVEIRA
Contador CRC/DF 6.147

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS

Brasília - DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das informações intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board – IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07, a Companhia mantém registrado na rubrica Tributos a Recuperar, no ativo circulante o montante de R\$ 198.383 mil. Esse valor decorre de impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização ocorrerá pela geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ainda conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07, do montante dos Tributos a Recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 30 de setembro de 2016, é de R\$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia controla a subsidiária integral TELEBRAS Copa S/A e participa do capital social das coligadas Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49% e Cabos Brasil Europa S/A, com 35%. Esses investimentos são avaliados pelo valor do patrimônio líquido, sendo que as informações contábeis de 30 de setembro de 2016 da Telebras Copa S/A e da Cabos Brasil Europa S/A, utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial, não foram submetidas a revisão por auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, em reunião realizada em 22 de março de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou proposta de incorporação da subsidiária integral Telebrás Copa S.A. A Administração submeterá a proposta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, em data a ser estabelecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia mantém registrado na rubrica "Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP", no passivo não circulante o valor de R\$ 49.060 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos capitalizáveis e Patrimônio Líquido negativo

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, a Companhia mantém registrado na rubrica "Recursos Capitalizáveis, saldo de R\$ 1.886.032 mil. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. No momento, a Companhia aguarda publicação de Decreto Presidencial autorizando a incorporação do AFAC ao seu Capital Social, conforme Processo nº 10951.000671/2015-70. Por meio do Ofício CT nº 12/2016/2100/1000, de 25 de janeiro de 2016, a Companhia encaminhou ao Ministério das Comunicações as últimas informações solicitadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionado seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos. Projetos Especiais também estão no foco das ações da Telebras, sendo: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais. A conclusão das obras em andamento e equipamentos em aquisição e a consequente ampliação da capacidade de geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma dos projetos em andamento, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, quer seja de seus acionistas ou de terceiros.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado – DVA, individual e consolidada, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes:

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios, sem modificação e contendo ênfases semelhantes àquelas apresentadas neste relatório.

Maringá - PR, 04 de novembro de 2016

BEZ Auditores Independentes S/S

CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez

Contador

CRC PR 037.262/O-2